

UNO

LLYC IDEIAS

EXPLORAR. INSPIRAR.



**UNIÃO EUROPEIA - AMÉRICA LATINA:
novos tempos, novas alianças**

LLYC IDEAS

O IDEAS é o Centro de Liderança através do Conhecimento da LLYC.

Porque assistimos a um novo guião macroeconómico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

O LLYC IDEAS é uma combinação global de relação e troca de conhecimento que identifica, aborda e transmite os novos paradigmas da sociedade e as novas tendências da comunicação, a partir de uma perspetiva independente.

Porque a realidade não é preto no branco, existe o LLYC IDEAS.

UNO

A UNO é uma publicação do LLYC IDEAS, dirigida a clientes, profissionais do setor, jornalistas e líderes de opinião, em que empresas convidadas de Espanha, de Portugal e da América Latina, juntamente com sócios e dirigentes da LLYC, analisam temas relacionados com o mundo da comunicação.

llorenteycuenca.com
ideas.llorenteycuenca.com
revista-uno.com



UNO

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO
LLYC IDEAS

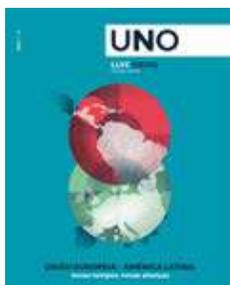
CONCEITO GRÁFICO E PROJETO
AR Difusión

ILUSTRAÇÕES
Marisa Maestre

Madrid, julho de 2023

O LLYC IDEAS não assume necessariamente como suas as opiniões presentes nos artigos dos colaboradores habituais e convidados da UNO.

Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial dos textos e das imagens contidas neste livro é estritamente proibida sem a autorização expressa do LLYC IDEAS.



SUMÁRIO

2023 nº 40

- 4 **QUEM** são os **COLABORADORES**
-
- 11 **UE-AMÉRICA LATINA: NOVOS TEMPOS, NOVAS ABORDAGENS**
-
- 13 **O MOMENTO** da **ESPAÑA** na **EUROPA**
-
- 15 **QUATRO CAMINHOS** para uma **RELAÇÃO ESTRATÉGICA**
-
- 18 De **PARCEIROS NATURAIS** a **PARCEIROS PREFERENCIAIS**
-
- 21 A **UNIÃO EUROPEIA** e a **AMÉRICA LATINA:** em **BUSCA** de uma **GOVERNAÇÃO PARTILHADA**
-
- 24 Uma **ALIANÇA DIGITAL ALC-UE** para **REFORÇAR** a **CONECTIVIDADE** e a **INCLUSÃO**
-
- 27 **AMÉRICA LATINA-UNIÃO EUROPEIA:** quando a **CONTINUIDADE** é a **CHAVE** da **AGENDA**
-
- 30 A **QUADRATURA** do **CÍRCULO** da **TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E ENERGÉTICA**
-
- 32 O **POTENCIAL INFINITO** do **CORPORATE VENTURE CAPITAL** na **AMÉRICA LATINA**
-
- 35 **UNO + 1 ENTREVISTA** José Antonio Llorente conversa com Moisés Naím
-
- 41 **DIGITALIZAÇÃO, INOVAÇÃO e SUSTENTABILIDADE**
-
- 43 O **INTERESSE RENOVADO** pela **AMÉRICA LATINA:** uma **OPORTUNIDADE** para **REFORÇAR** a **INFLUÊNCIA** de **ESPAÑA** na **UE**
- 45 **DIGITALIZAÇÃO,** a **NOVA PONTE ATLÂNTICA** entre a **UE** e a **AMÉRICA LATINA**
-
- 49 **UNIÃO EUROPEIA-AMÉRICA LATINA:** uma **NOVA OPORTUNIDADE?**
-
- 51 A **REVOLUÇÃO INVISÍVEL** e as **NOVAS PRIORIDADES** do **TALENTO**
-
- 54 **VALORES COMUNS** entre a **AMÉRICA LATINA** e a **EUROPA?**
-
- 56 Como **AUMENTAR** a **RESILIÊNCIA** dos **SISTEMAS** de **SAÚDE** na **AMÉRICA LATINA?**
-
- 59 **PIONEIROS** do **POSSÍVEL:** a **UE** e **AMÉRICA LATINA UNIDAS** para **DESENVOLVER** os **DIREITOS DIGITAIS**
-
- 61 Os **DESAFIOS** da **SUSTENTABILIDADE** na **UE** e na **AMÉRICA LATINA PASSAM** pela **AMAZÓNIA**
-
- 65 A **CREATOR ECONOMY CRESCE** na **AMÉRICA LATINA** e **CRIA OPORTUNIDADES** para a **UE**
-
- 67 **SOLUÇÕES** em **REDE** para um **PROBLEMA COMUM:** a **PESCA ILEGAL**
-
- 71 A **CULTURA: CHAVE** para uma **RELAÇÃO HORIZONTAL**
-
- 74 **PROCURAR** a **CONFIANÇA** para **GOVERNAR**
-
- 77 **PRÉMIOS** conseguidos por UNO
-
- 78 **LLYC**

QUEM são OS COLABORADORES



José Manuel Albares

Ministro dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação de Espanha. Licenciado em Direito pela Universidade de Deusto e diplomata de carreira. Esteve colocado na Colômbia, em França e na Representação Permanente de Espanha junto da OCDE, onde foi eleito vice-presidente do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). Foi embaixador de Espanha na República Francesa e no Principado do Mónaco e secretário-geral dos Assuntos Internacionais, União Europeia, G20 e Segurança Global no Gabinete do presidente do Governo. Desde 2021, é ministro dos Negócios Estrangeiros, da União Europeia e da Cooperação do Reino de Espanha. Recebeu inúmeras condecorações ao longo da sua carreira, como a Encomienda de Número de la Orden de Isabel La Católica, entre outras. [\[Espanha\]](#)



Andrés Allamand

Secretário-Geral Ibero-Americano. Advogado e político chileno. Foi ministro da Defesa e ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Chile, onde também foi eleito senador por duas vezes e deputado por um mandato. Trabalhou também como consultor no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No domínio académico, foi decano da Escola de Governo da Universidade Adolfo Ibáñez. Desde 2022 é o responsável pela Secretaria-geral Ibero-Americana (SEGIB). [\[Chile\]](#)



Javier Niño Pérez

Diretor Adjunto para as Américas do Serviço Europeu para a Ação Externa. Licenciado em Direito pela Universidade de Valladolid (Espanha), mestre em Direito Europeu pela Vrije Universiteit Brussel (VUB) e mestre em Estudos Europeus pelo Colégio da Europa, entrou para a Comissão Europeia em 1994. Foi chefe da Divisão dos Estados Unidos e Canadá e chefe da Divisão da Turquia na sede do SEAE em Bruxelas. Anteriormente, foi chefe da Delegação da UE no Haiti e em Cuba. Desde 2020, é diretor adjunto para as Américas do Serviço Europeu para a Ação Externa. Foi condecorado com as Ordens Nacionais do Burkina Faso e do Haiti e com a Cruz de Oficial da Ordem de Isabel, a Católica. [\[Espanha\]](#)



Paloma Baena

Diretora Sênior de European Affairs e Next Generation EU na LLYC Madrid. É especialista em sustentabilidade, governação, digitalização e políticas públicas. Mestre em Administração Pública e Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Harvard. Licenciada em Direito Internacional pela Universidade de Aix-Marseille III. Foi especialista sênior em Governação Pública no Banco Interamericano de Desenvolvimento, chefe de Divisão Adjunta na OCDE, diretora Global de Governação na Save the Children International e vice-presidente de Alianças Estratégicas e Políticas na Clarity AI. É professora na School of Politics, Economics and Global Affairs, membro do conselho consultivo da ADEVINTA Espanha e administradora da Fundação Robert F. Kennedy para os Direitos Humanos. [\[Espanha\]](#)



Juan Pablo García-Berdoy

Assessor Principal de European Affairs na LLYC. Especialista em assuntos políticos, institucionais e regulamentares europeus. Diplomata desde 1987, desenvolveu a maior parte da sua carreira na Europa. Foi diretor-geral de Política Externa para a Europa (2002-04), embaixador de Espanha na Roménia e na Moldávia (2005-09), embaixador na Alemanha (2012-16) e embaixador Representante Permanente junto da União Europeia (2016-21). Desde 2022, é assessor principal para os Assuntos Europeus na LLYC. [\[Espanha\]](#)



Alicia Richart

Diretora Geral da Afiniti para Espanha e Portugal. É licenciada em Engenharia Industrial pelo Instituto Químico de Sarrià, tem um MBA pela Esade Business School e um Master em Corporate Finance. Durante oito anos trabalhou na Accenture em projetos de estratégia e transformação de empresas e, anteriormente, na Total como engenheira de processos em França, EUA, Bélgica e China. Participou na criação e no projeto de IPO da Cellnex e foi fundador e CEO da Digitales. Trabalhou também no Gabinete do ministro da Indústria, Energia e Telecomunicações. Foi nomeada Campeã Digital pela Comissão Europeia por trazer a Agenda Digital Europeia para Espanha. É conselheira da Universidade Europeia. [\[Espanha\]](#)



Juan Carlos Gozzer

Sócio e CEO para a América Latina da LLYC. É especialista em gestão da reputação e estratégias de comunicação. Ao longo dos seus 15 anos na empresa, coordenou diferentes projetos de posicionamento estratégico na América Latina e liderou o desenvolvimento das operações da LLYC no Brasil e na Região Sul, que inclui a Argentina e o Chile. É licenciado em Ciências Políticas com especialização em Informação Internacional pela Universidade Complutense de Madrid e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Bolonha. [\[Brasil\]](#)



Cristina Manzano

Diretora da *esglobal* e IE Insights. Licenciada em Ciências da Informação com especialização em Jornalismo pela Universidade Complutense de Madrid, tem estudos de pós-graduação na Universidade de Maryland. A sua experiência inclui várias funções no jornalismo, nomeadamente como colunista do *El País* e do *El Periódico de Catalunya*, e como comentadora regular na Radio Nacional de España (RNE). É oradora regular sobre temas relacionados com assuntos internacionais. É também membro do Conselho Científico do Real Instituto Elcano, do CIDOB e do Conselho Europeu das Relações Externas (ECFR). [\[Espanha\]](#)



Adolfo Vinatea

CEO da Krealo, o *corporate venture capital* do Grupo Credicorp. É administrador pela Universidade del Pacífico e tem um MBA da London Business School. Iniciou a sua carreira profissional em 2005 no mundo do *private equity* e das finanças, no qual tem tido grande sucesso, sendo nos últimos anos vice-presidente do Nexus Group e, desde 2015, diretor da Advent International. [\[Peru\]](#)



Moisés Naím

Analista de economia e política internacional e escritor. É membro do Carnegie Endowment for International Peace, um dos mais influentes *think tanks* do mundo, e diretor e produtor do *Efecto Naím*, um programa semanal de televisão sobre assuntos internacionais transmitido em todo o continente americano. Os seus artigos de opinião são publicados em alguns dos principais jornais da Europa, da América Latina e dos Estados Unidos. Foi editor da revista *Foreign Policy* durante catorze anos e recebeu o Prémio Ortega y Gasset de Jornalismo em 2011. No sector público, foi ministro da Indústria e do Comércio da Venezuela, diretor do Banco Central da Venezuela e diretor executivo do Banco Mundial. O seu último livro publicado é *La revancha de los poderosos*. [\[Venezuela\]](#)



John Rutherford

Responsável Global de Relações Internacionais do BBV. Licenciado em Engenharia de Materiais pela Universidade Simón Bolívar e MBA pela Universidade de Michigan. Tem quase 30 anos de experiência no BBVA, onde ocupou vários cargos de liderança, tais como chefe global de Finanças Públicas e chefe de Financiamento de Projectos para a Europa e América do Norte. Foi também diretor associado na Schrodgers em Londres e analista financeiro na General Electric. Desde 2020, é o responsável global de Relações Institucionais do BBVA. [\[Inglaterra\]](#)



Raquel García Llorente

Investigadora do Real Instituto Elcano. Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madrid e MBA Internacional pela Universidade Politécnica de Madrid. Atualmente, é doutoranda na Universidade Autónoma de Madrid sobre o ecossistema de influência de Espanha em Bruxelas. Anteriormente, trabalhou no Departamento de Assuntos Europeus do Gabinete da Presidência do Governo. Desde 2021, é investigadora do Real Instituto Elcano. É também assessora de Assuntos Públicos e Europeus em empresas de consultoria como LLYC. [\[Espanha\]](#)



Andreu Vilamitjana

Diretor Geral da CISCO Espanha. Engenheiro eletrônico pela Universidade Ramón Llull-La Salle, MBA pelo ESADE e licenciado pelo Programa de Gestão Avançada do INSEAD. Com quase 30 anos de experiência no sector das TIC, foi vice-presidente global da Vertical Business na Sage e Diretor-Geral da Divisão SMB e Start Up na Sage Espanha. Anteriormente, ocupou os cargos de diretor geral Comercial na T-Systems Iberia e de diretor de Grandes Empresas e Administrações Públicas na Orange. Desde 2019, é diretor geral da Cisco Espanha e membro dos Conselhos de Administração da DigitalES e da Autelsi e da Câmara de Comércio dos EUA em Espanha. [\[Espanha\]](#)



María Ángela Holguín

Ex-ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia. Cientista política com especialização em Administração Pública e Instituições Administrativas pela Universidad de los Andes e em Diplomacia e Estratégia pelo Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos (CEDS) de Paris. Foi embaixadora e Representante Permanente da Colômbia junto das Nações Unidas e embaixadora da Colômbia na República Bolivariana da Venezuela, vice-ministra dos Negócios Estrangeiros, secretária-geral do Ministério e primeira secretária da Embaixada em Paris. Foi também secretária particular do Procurador-Geral da República e representante do Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF na Argentina. Atualmente, faz parte do conselho de administração de várias empresas. [\[Colômbia\]](#)



João Nunes

Diretor de Mercados Estratégicos LATAM no Page Group. É licenciado em Relações Internacionais com especialização em Estratégia de Negócios Internacionais. Tem 19 anos de experiência no PageGroup em países como Portugal, Brasil, México e América Central. Durante a sua carreira na consultora, geriu diferentes operações das marcas Page Executive e Michael Page em diferentes países, sendo responsável pela estratégia comercial do negócio, bem como pela gestão e liderança da operação de recrutamento especializado. Atualmente, lidera os mercados estratégicos da América Latina, que incluem Tecnologia, Saúde e Ciências da Vida em todas as marcas do PageGroup e faz parte do Comité Global de Tecnologia da empresa. [\[Portugal\]](#)



Ramón Jáuregui

Presidente da Fundação Euroamerica. Licenciado em Engenharia Técnica e Direito. Antigo secretário-geral do Partido Socialista Espanhol (PSOE) no País Basco e membro do Parlamento Basco, do Congresso dos Deputados de Espanha e do Parlamento Europeu. Foi vice-presidente do Governo Basco entre 1987 e 1991 e foi ministro da Presidência do Governo de Espanha entre 2010 e 2011. Foi presidente da Delegação Parlamentar UE-México junto do Parlamento Europeu e da Assembleia Parlamentar Eurolat. Desde 2019, é presidente da Fundação Euroamerica. [Espanha]



Yaneth Giha

Diretora Executiva da Federação Latino-Americana da Indústria Farmacêutica (FIFARMA). É licenciada em Economia pela Universidad de los Andes, tem um mestrado em Estudos Políticos pela Universidad Javeriana e um mestrado em Estudos de Guerra pelo King's College de Londres. Ocupou vários cargos no sector público colombiano. Antes de ingressar na FIFARMA, foi presidente executiva da AFIDRO, a associação que representa as empresas colombianas de investigação e desenvolvimento farmacêutico. Desde 2022, é diretora executiva da FIFARMA. [Colômbia]



Enrique Goñi

Presidente do Instituto Hermes. Licenciado em Direito pela Universidade de Navarra e PADE pelo IESE. Iniciou a sua carreira profissional no Barclays Bank, foi diretor do grupo de empresas MutuAvenir e diretor-geral adjunto da Agrupación Mutua. Foi também diretor-geral da Caja Navarra e da Caja de Ahorros de Navarra. Em 2010, como presidente executivo, fundou o Grupo Banca Cívica, do qual foi co-presidente e CEO até à sua integração no Caixabank. Atualmente, é vice-presidente da Critería Caixa e presidente do *think tank* Instituto Hermes. [Espanha]



Helder Z. Barbalho

Governador do Estado do Pará (Brasil). Licenciado em Administração de Empresas pela Universidade da Amazônia, é pós-graduado com MBA Executivo em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Em 2004, foi eleito prefeito de Ananindeua, tornando-se o prefeito mais jovem da história do Pará. Foi ministro da Pesca e Aquicultura, ministro-chefe da Secretaria Nacional de Portos e ministro da Integração Nacional do Brasil. Em 2018 foi eleito governador do Estado do Pará e reeleito em 2022, com mais de 70 % dos votos, sendo o governador mais votado do Brasil. [Brasil]



Leandro Conti

Diretor Sênior de Comunicação e Marketing & Relações Externas da Hotmart. Formado em Comunicação pela Universidade Metodista do Brasil. Possui mais de 20 anos de experiência em comunicação estratégica e assuntos corporativos, tendo atuado em posições de liderança em empresas multinacionais como UnitedHealth Group, Syngenta, Bayer, Philip Morris e Nextel. Atualmente é diretor sênior de Comunicação e Marketing & Relações Externas da Hotmart, empresa global de tecnologia voltada para a Economia Criativa. [\[Brasil\]](#)



Daniel F. Runde

Vice-presidente Sênior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS). O seu trabalho centra-se na liderança dos EUA na construção de um mundo mais democrático e próspero. Antes do CSIS, ocupou cargos de liderança na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e no Grupo do Banco Mundial, presidiu a dois comités consultivos do governo dos EUA, trabalhou em bancos comerciais e bancos de investimento. Recebeu a Cruz Oficial da Ordem de Isabel, a Católica. Licenciou-se cum laude no Dartmouth College e tem um mestrado em políticas públicas pela Universidade de Harvard. [\[Estados Unidos\]](#)



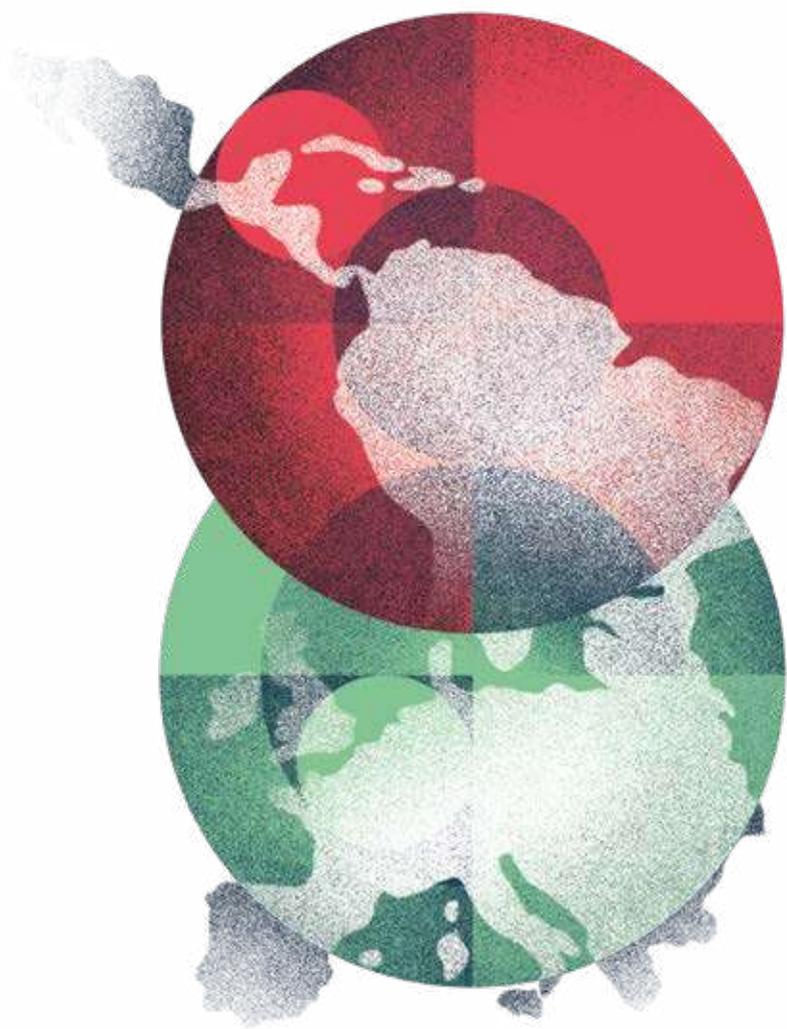
Marina Artusa

Correspondente do Clarín em Espanha. Começou a trabalhar no *Clarín* como estagiária. Editou a revista *Viva* e, desde 2012, é correspondente na Europa. Hoje, de Madrid. Tem um mestrado em jornalismo pela Universidade de Columbia e lecionou na Universidade de Nova Iorque. Recebeu uma bolsa da Comissão Europeia para fazer um doutoramento na Università di Bologna, em Itália. Em 2019, o Foro de Periodismo Argentino (FOPEA) atribuiu-lhe o Premio Mayor al Periodismo de Investigación. [\[Argentina\]](#)



Erika Mouynes

Antiga Ministra dos Negócios Estrangeiros da República do Panamá e Harvard Fellow. É uma destacada funcionária pública e executiva do sector empresarial e jurídico da América Latina. Foi a 62ª ministra dos Negócios Estrangeiros da República do Panamá e é uma das poucas mulheres líderes na região a ter ocupado um cargo de tão alto nível. A sua notável experiência nos sectores públicos, privado e académico tornou-a uma autoridade internacional reconhecida em matéria de análise geopolítica. Atualmente, é presidente do Conselho de Administração do Atlantic Council-Latin America e está a desenvolver um projeto académico na Universidade de Harvard que analisa os riscos e as oportunidades na América Latina. [\[Panamá\]](#)



UE-AMÉRICA LATINA: NOVOS TEMPOS, NOVAS ABORDAGENS



José Antonio Llorente

Sócio-fundador e Presidente da LLYC / Estados Unidos - Espanha

Os laços entre a América Latina e a União Europeia em geral, e Espanha em particular, são sem dúvidas especiais. A UE é o maior investidor na América Latina e Espanha o maior entre os seus Estados-Membros. O investimento latino-americano neste lado do Atlântico aumentou recentemente, em especial o de médias empresas e *startups*. As ligações culturais, fruto de séculos de uma relação complexa mas intensa, fomentaram a criatividade e a inovação empresarial. Nos últimos anos, devido à incerteza causada por uma grave crise da globalização, ambas as regiões manifestaram o desejo de reforçar os seus laços. Talvez a UE possa ser um exemplo a seguir pela América Latina na sua desejável integração; tem certamente muito a ensinar à Europa sobre a gestão de riscos e acontecimentos inesperados.

No entanto, temos de reconhecer que algumas das afirmações que por vezes fazemos sobre a nossa relação especial são mais um desejo do que uma realidade. Existe ainda muito potencial por explorar e muitos mal-entendidos por resolver. Na LLYC acreditamos que a Presidência espanhola do Conselho da UE durante o segundo semestre de 2023, que tem como um dos seus principais objetivos reforçar a relação e liderar e facilitar o diálogo entre as duas regiões, é uma oportunidade ímpar para transformar as boas intenções em projetos mais justos, sólidos e duradouros.

É por isso que quisemos dedicar este 40º número da revista UNO à necessidade de

“Dedicámos este número da UNO aos vínculos entre a América Latina e a União Europeia porque, para a LLYC, estes são mais do que uma boa ideia: estão no centro do nosso projeto empresarial”

novas parcerias entre a União Europeia e a América Latina. Convidámos políticos, gestores, jornalistas, altos funcionários, intelectuais e consultores da LLYC para nos contarem as suas experiências e partilharem as suas visões e ideias nestes tempos de crise e oportunidade. Porque, para a LLYC, os laços entre a América Latina e a UE são mais do que uma boa ideia: estão no centro do nosso projeto empresarial. Pouco depois do nosso nascimento em 1995, em Madrid, levámos a cabo os nossos primeiros projetos na Argentina e no Peru, e começámos a abrir escritórios em Lima, Buenos Aires, Bogotá, Panamá e outras cidades até chegarmos aos atuais dezasseis escritórios que a empresa tem em treze países da América Latina. Expandimos igualmente imenso a nossa atividade em todo o continente. No final de 2022, 50 % das receitas operacionais da LLYC provinham da América Latina e um dos objetivos do nosso plano estratégico para os próximos três anos é continuar a crescer nesta região. O estabe-

lecimento de novas alianças entre a América Latina e a UE não é apenas o tema da capa desta revista: é a nossa vocação.

Juan Carlos Gozzer, CEO da LLYC para a América Latina, recorda-nos nestas páginas que as nossas duas regiões são “as mais compatíveis do planeta” e também em aspetos fundamentais para o futuro da economia e até da convivência global: a digitalização, a transição energética, a coordenação de políticas para enfrentar desafios como o desenvolvimento da China, a nova realidade comercial pós-pandemia, a necessidade de novas matérias-primas e a existência de uma guerra no coração da Europa. Tudo isto obriga-nos a ser particularmente inventivos e ousados. A presidência espanhola do Conselho da UE é um acontecimento político. Mas é a sociedade no seu conjunto, liderada pela sua comunidade empresarial, que se deve empenhar em tornar realidade o que os representantes europeus e latino-americanos, liderados pela Espanha, discutem nas reuniões que terão lugar durante este semestre para analisar questões como o acordo do Mercosul, o investimento europeu na região ou a necessidade de cooperar para evitar os piores traços do extrativismo.

Entre o momento em que concebemos esta revista e o momento da sua publicação, foram convocadas eleições gerais em Espanha, que poderiam dar origem a uma maioria parlamentar e a um governo diferentes. Perguntámo-nos como é que esta eventualidade poderá influenciar a presidência espanhola do Conselho da UE. Mas depressa nos apercebemos de que, para além das mudanças políticas, subsistirão dois factos transversais partilhados por quase toda a população espanhola: o europeísmo e a perceção de que existe uma relação especial com a América Latina.

“LLYC congratula-se com o facto de a diplomacia espanhola assumir como sua a tarefa de reforçar os laços e contribuir para que estes sejam mais criativos e sustentáveis. São tempos novos. Precisamos de novas alianças”

“O projeto de integração europeia é indispensável para a Europa”, afirmou Moisés Naím na conversa que reproduzimos mais à frente. E “o potencial de uma América Latina integrada é enorme e está na origem de grandes esperanças até agora não concretizadas”. É tempo de fazer valer ambas as ideias: uma Europa unida e uma América Latina que desenvolve o seu enorme potencial, e uma influência crescente entre ambas. LLYC congratula-se com o facto de a diplomacia espanhola assumir esta tarefa como sua e contribuir para tornar estes laços mais criativos e sustentáveis, como tem feito historicamente. São tempos novos. Precisamos de novas alianças. Também no domínio da comunicação.

O MOMENTO da ESPANHA na EUROPA



José Manuel Albares

Ministro dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação de Espanha / Espanha

A Espanha assumiu a Presidência do Conselho da União Europeia em 1 de julho. Trata-se de um marco excepcional na política espanhola. Passaram treze anos desde a última vez que o nosso país esteve à frente da União Europeia, e passará pelo menos o mesmo tempo antes de o voltar a fazer.

Nesta ocasião, o empenhamento pró-europeu da sociedade espanhola é particularmente importante para dar um impulso à UE. Trazer para a Europa a nossa capacidade de gerar consensos, o nosso espírito de solidariedade e de pluralismo, a nossa vocação para encontrar soluções europeias para os grandes desafios do nosso tempo.

“Mais perto da Europa” será o lema da nossa Presidência. Mais próxima dos europeus e mais empenhada no seu bem-estar e prosperidade, numa altura em que a agressão russa na Ucrânia exige que a União dê o seu melhor como modelo político para o futuro.

Este compromisso para com uma Europa mais próxima assumirá a forma de quatro linhas de ação principais.

A primeira será a promoção de uma reindustrialização da Europa, procurando uma maior competitividade para as nossas empresas e assegurando que a indústria europeia consolide a sua posição na vanguarda das grandes tendências da evolução tecnológica. Para o efeito, é necessário consolidar um quadro que favoreça a inovação e que, por sua vez, conduza à criação de emprego de qualidade.

“O empenhamento pró-europeu da Espanha é particularmente importante para dar um impulso à UE. Trazer para a Europa a nossa vocação para encontrar soluções europeias para os grandes desafios do nosso tempo”

Tudo isto enquanto se avança no sentido de reduzir as vulnerabilidades da União em sectores-chave.

O segundo eixo será o impulso à transição verde e o empenhamento na luta contra as alterações climáticas. Uma transição verde que deve ser justa, garantindo que os benefícios são partilhados e que não afetam os grupos mais vulneráveis. Um elemento essencial deste objetivo será a aceleração da implantação das energias renováveis como forma de reduzir a dependência energética, bem como a conclusão da melhoria do mercado da eletricidade para garantir preços de eletricidade acessíveis aos europeus, mesmo em tempos de crise.

A terceira linha será a de uma Europa social. Trabalharemos para conseguir uma economia social e para reforçar o Estado-Providência europeu, prestando atenção às práticas que visam a sua erosão, como a evasão fiscal, bem como para dotar os Estados de regras fiscais

“A unidade europeia face aos desafios internacionais deve levar-nos a empenharmo-nos ainda mais nos nossos parceiros prioritários e com aqueles com quem partilhamos valores, como a América Latina”

que lhes permitam combinar o financiamento das políticas sociais com o equilíbrio orçamental. Defenderemos também a igualdade de tratamento e a inclusão dos grupos vulneráveis, bem como a luta contra as lacunas que surgiram recentemente no nosso modelo social, nomeadamente o desafio demográfico.

O quarto eixo será o empenhamento na unidade europeia face aos desafios internacionais. A agressão da Rússia contra a Ucrânia exige um empenhamento contínuo na unidade em apoio do povo ucraniano e na salvaguarda da ordem internacional de paz e regras que nos permitiu prosperar durante décadas. Isto deve levar-nos a empenharmo-nos ainda mais com os nossos parceiros prioritários e com aqueles com quem partilhamos valores, como a América Latina.

A Presidência espanhola procurará promover estas prioridades com base na convicção de ser um projeto de país. Fiéis a esta convicção, trabalhamos ao longo dos últimos anos para preparar uma Presidência que envolva todos: o Estado, as Comunidades Autónomas e as Autoridades Locais, o Parlamento espanhol e a sociedade civil.

Em janeiro de 2022, foi criado o Comité Organizador da Presidência, que se reuniu sete vezes para coordenar o trabalho dos ministérios a nível político.

Paralelamente, trabalhamos com todas as Comunidades Autónomas, tanto na receção das suas prioridades como na coordenação de todos os eventos da Presidência a realizar no território nacional, incluindo as 22 reuniões ministeriais informais a realizar em todas as Comunidades Autónomas de Espanha. Queremos levar a Europa a toda a Espanha, aproximá-la dos cidadãos espanhóis.

Trabalhamos também lado a lado com todas as forças políticas que quiseram colaborar neste exercício. Por esta razão, promovemos a criação de um comité de acompanhamento da Presidência no seio da Comissão Mista sobre a UE do Congresso e do Senado.

Ao mesmo tempo, com o objetivo de canalizar diretamente as sensibilidades da sociedade espanhola, apoiamos a criação de um Fórum da Sociedade Civil e de um grupo de reflexão com especialistas em questões europeias. Os seus debates contribuirão para o nosso trabalho sobre questões fundamentais para os nossos cidadãos.

A Presidência é um momento especial para a Espanha na Europa. Assumimos a responsabilidade da Presidência sabendo que os nossos êxitos serão os êxitos de todos e que os olhos da Europa estarão postos em Espanha durante os próximos seis meses. A Europa sabe que pode contar com a Espanha.

QUATRO CAMINHOS para uma RELAÇÃO ESTRATÉGICA



Andrés Allamand

Secretário-Geral Ibero-Americano / Chile

O ano de 2023 será fundamental para relançar a relação entre a União Europeia e a América Latina. A Presidência espanhola do Conselho da UE, a necessidade de acelerar os processos de transição energética e a luta contra as alterações climáticas, bem como a procura de parceiros fiáveis na defesa da democracia, dos direitos humanos e dos princípios contidos na Carta das Nações Unidas são fatores que deveriam impulsionar a aproximação entre as duas regiões.

Nestas circunstâncias, o principal desafio consiste em identificar a forma de tirar partido dos elementos conjunturais para lançar as bases de uma relação estratégica que possa ser projetada para além do curto prazo. Não é um desafio simples, nem tem apenas uma resposta, mas no caminho para uma relação estratégica existem quatro caminhos que não podem ser evitados, apesar dos obstáculos que se colocam em cada um deles.

O primeiro caminho é o político. Os encontros regulares entre as partes são essenciais para uma relação saudável. Os oito anos decorridos desde a última cimeira UE-Celac são simultaneamente prova e causa da deterioração dos laços entre os dois blocos. A Cimeira de julho é um sinal importante da vontade de ambas as partes para resolver esta situação. Mas não podemos contentar-nos com a realização de uma Cimeira, pois é fundamental acordar uma agenda que dê continuidade ao trabalho e nos permita projetar a relação para o futuro. Parte

“Parte do caminho já foi percorrido. Ao nível ibero-americano, foram alcançados acordos importantes em áreas como a digitalização, o ambiente e a segurança alimentar, que são fundamentais para o desenvolvimento da região”

do caminho já foi percorrido uma vez que, pelo menos ao nível ibero-americano, já foram alcançados acordos importantes em áreas como a digitalização, o ambiente e a segurança alimentar, que são fundamentais para o desenvolvimento da região e que podem servir de base para uma agenda birregional para o futuro e para a convergência estratégica.

O segundo caminho é o comercial. Também aqui possuímos uma base importante sobre a qual construir, uma vez que a América Latina e as Caraíbas são a região com a rede mais densa de acordos formais com a União Europeia, que é o terceiro maior parceiro comercial da região. O desafio neste domínio, como muito bem salientou o Alto Representante Josep Borrell na Cimeira Ibero-Americana de Santo Domingo, consiste em demonstrar que as relações comerciais podem continuar a ser uma fonte de progresso e que, por conseguinte, é



do interesse de ambos os blocos insistir na conclusão dos acordos pendentes.

O terceiro caminho é o da cooperação. A UE é o maior doador de ajuda oficial ao desenvolvimento na América Latina e nas Caraíbas. No entanto, é importante avançar rumo a uma cooperação mais flexível, capaz de evoluir e de se adaptar aos novos desafios enfrentados pelos países da região e de continuar a acompanhá-los na sua trajetória de desenvolvimento. O reforço da participação europeia em iniciativas de cooperação triangular, a incorporação de novos intervenientes e o alargamento do âmbito de ação da cooperação, com vista a promover investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento regional, como infraestrutura, digitalização e transição energética, são algumas das medidas que poderiam ser tomadas para reforçar o papel da cooperação na construção da relação estratégica birregional.

Por último, o quarto caminho é o do investimento. Para ultrapassar os grandes desafios que a região enfrenta, é essencial recuperar o crescimento, e para impulsionar o crescimento é necessário investimento. A Europa é hoje o maior investidor na América Latina e nas Caraíbas. Os seus investimentos na região ultrapassam o total dos investimentos na Rússia, China, Índia e Japão. No entanto, nos últimos anos, os fluxos têm vindo a diminuir. É de esperar que a nova agenda de investimentos que a Comissão Europeia está a preparar, no âmbito do Global Gateway, não só promova investimentos de qualidade, mas também sirva para incentivar a transferência de tecnologias e conhecimentos, afastando assim o espetro de um novo ciclo extrativista. De qualquer forma, o êxito destas medidas dependerá do apoio, da confiança e do empenho dos empresários, que são chamados a demonstrar que fazem parte da solução e não do problema.

“A Europa é hoje o maior investidor na América Latina e nas Caraíbas. Os seus investimentos na região ultrapassam o total dos investimentos na Rússia, China, Índia e Japão. Mas os fluxos têm vindo a diminuir”

Estão reunidas as condições para o estabelecimento de uma relação profunda e duradoura entre a América Latina, as Caraíbas e a União Europeia. Esta é uma grande oportunidade, e uma grande necessidade para ambas as regiões, para relançar uma relação bilateral mais intensa, mais horizontal e com mais conteúdo. Nada justificaria, e portanto seria inexplicável, se não fosse plenamente explorada.

De PARCEIROS NATURAIS a PARCEIROS PREFERENCIAIS



Javier Niño Pérez

Diretor Adjunto para as Américas do Serviço Europeu para a Ação Externa / Espanha

O ano de 2023 marcará um ponto de viragem nas relações entre a UE e a América Latina e Caraíbas. Na atual dinâmica de inflexão geopolítica mundial, na sequência dos efeitos da pandemia e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, todos nós tivemos de recalibrar a nossa bússola estratégica. No caso da América Latina e das Caraíbas (ALC), isso levou-nos, felizmente, e após demasiados anos de uma certa inércia complacente, a elaborar um roteiro birregional acordado com os 33 membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), aprovado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros em outubro do ano passado em Buenos Aires e que culminará na Cimeira UE-Celac de Chefes de Estado e de Governo, a 17 e 18 de julho em Bruxelas, a primeira desde 2015.

No âmbito destes esforços, que designamos por “Rumo a 2023” (*The Road to 2023*), o Colégio de Comissários adotou, no passado dia 7 de junho, a nova Comunicação Conjunta do Alto Representante e da Comissão ao Parlamento e ao Conselho, que propõe uma “Nova Agenda para as relações entre a UE e a ALC”. Esta propõe uma parceria estratégica modernizada e mais forte, através do reforço do diálogo político, do estímulo ao comércio e ao investimento e da promoção de sociedades mais sustentáveis, justas e interligadas através dos investimentos no âmbito do Global Gateway.

No contexto de uma emergência climática, e enquanto grande parte do mundo ainda

“O que está em risco é o nosso modelo de vida, baseado na democracia, nos direitos humanos, na prosperidade e no bem-estar através de um desenvolvimento sustentável e inclusivo”

está a recuperar dos efeitos devastadores da pandemia, as ondas de choque da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia atingem-nos a todos, ameaçando a segurança alimentar, as trocas comerciais e o fornecimento energético à escala mundial. Para não falar da vontade de corroer os valores democráticos e a ordem internacional baseada em regras e no respeito pela soberania dos Estados.

Uma análise que se limite a considerar esta ameaça como um simples reordenamento dos equilíbrios geopolíticos entre as potências mundiais não ajuda os mais de mil milhões de cidadãos da América Latina e das Caraíbas e da União Europeia a terem plena consciência do que está em jogo. O que está em risco é o nosso modelo de vida, baseado na democracia, nos direitos humanos, na prosperidade e no bem-estar através de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, e uma ordem internacional, consagrada na Carta das Nações Unidas, baseada em regras, na resolução pacífica de conflitos e no respeito pela soberania dos Estados.

Não é por acaso, nem é a primeira vez na nossa história recente, que as manifestações de descontentamento político que afetam as sociedades democráticas de ambos os lados do Atlântico ocorrem em tempos de crise económica, desigualdade social e incerteza geopolítica. Nem que certos intervenientes dediquem esforços e recursos consideráveis para promover uma narrativa que aprofunda a crise da democracia, apresentando-a como modelo separado, muito conscientes de que a vocação de universalidade dos direitos humanos e dos valores democráticos é incompatível com os sistemas totalitários.

O reforço das relações UE-ALC não é apenas um assunto pendente com um aliado estratégico, mas uma necessidade imperiosa para a comunidade internacional enfrentar com êxito os três grandes desafios globais que marcarão o século XXI: as alterações climáticas, a revolução tecnológica e a inclusão social.

Um contrato social mais justo e sustentável é essencial para defender a democracia e para garantir a prosperidade a longo prazo dos nossos cidadãos, com base numa transição ecológica e digital inclusiva, com justiça social, sem deixar ninguém para trás.

Dizemos frequentemente que ambas as regiões são semelhantes em termos de valores, tradição e cultura, e que partilham laços estreitos em todos os domínios. É verdade, mas não é suficiente. Num mundo onde uma potência autocrática ameaça usar armas nucleares, há pouco espaço para romantismo ou complexos históricos. A nossa parceria assenta em bases sólidas e complementares, interesses concorrentes, desafios comuns e oportunidades partilhadas. A UE é o terceiro maior destino das exportações latino-americanas e o principal investidor na região. Dispomos de uma das mais densas redes

“ Dizemos frequentemente que ambas as regiões são semelhantes em termos de valores, tradição e cultura, e que partilham laços estreitos em todos os domínios. É verdade, mas não é suficiente ”

de acordos políticos e comerciais com 31 países da região. A UE é também o maior contribuinte de ajuda ao desenvolvimento na região.

É uma potência ambiental global, que alberga mais de metade da biodiversidade mundial, e gera energia renovável que representa 33 % do fornecimento energético, em comparação com uma média global de apenas 13 %. Os nossos parceiros querem tirar partido das novas transições para industrializar setores-chave e valorizar a sua capacidade produtiva. A ALC quer crescer, mas com maior igualdade e sustentabilidade. A UE, por seu lado, possui capacidade tecnológica e de investimento, mas também precisa de alianças com parceiros fiáveis para diversificar as suas cadeias de fornecimento.

A autonomia e a capacidade de influência num mundo multipolar são reforçados pela geometria variável das alianças com parceiros estratégicos. A nossa parceria com a América Latina e as Caraíbas deve também ser mais estratégica no domínio multilateral e da segurança. Concordamos igualmente com a necessidade urgente de reformar a arquitetura do sistema multilateral e da segurança internacional, ultrapassando a lógica ultrapassada dos “vencedores e vencidos” de há oitenta anos, para o tornar mais inclusivo, mais justo e mais democrático e, por conse-

“Os grandes desafios globais que enfrentamos não podem ser resolvidos numa ou mais Cimeiras internacionais. É necessária a participação de todos os intervenientes da sociedade civil e do setor privado”

guinte, mais eficaz. Em suma, não se trata apenas de reconhecer que somos parceiros naturais, mas que temos de transformar a nossa parceria para nos tornarmos parceiros preferenciais. A importância que a UE e a ALC atribuem à justiça social e a uma transição ecológica e digital justas distingue-nos claramente de outros intervenientes.

A Cimeira não é um fim em si mesma, mas constituirá um marco político, reunindo os líderes de 60 Estados e da União Europeia em Bruxelas para um diálogo franco e inclusivo que lançará as bases de uma parceria estratégica birregional renovada durante os próximos anos, incluindo uma maior regularidade nos nossos diálogos políticos de alto nível, bem como a criação de um mecanismo de coordenação permanente.

É óbvio que os grandes desafios globais que enfrentamos não podem ser resolvidos numa ou mais Cimeiras internacionais. É necessária a participação não só dos governos e das instituições, mas também de todos os intervenientes da sociedade civil e do setor privado. Os mais de 230 milhões de jovens de ambos os lados do Atlântico têm muito a dizer na formação desta comunidade transatlântica de cidadãos para ajudar a construir um mundo mais justo, sustentável e seguro. É por isso que damos grande importância ao fórum da sociedade civil, juventude e governos locais e à mesa redonda das empresas, que terão lugar em Bruxelas nos dias que antecedem a Cimeira.

O potencial é imenso, mas é necessária vontade política e mobilização dos cidadãos para o desenvolver com determinação. Estamos empenhados numa parceria estratégica centrada nas pessoas, em benefício dos nossos cidadãos de ambos os lados do Atlântico.

A **UNIÃO EUROPEIA** e a **AMÉRICA LATINA**: em **BUSCA** de uma **GOVERNAÇÃO** **PARTILHADA**



Paloma Baena

Diretora Sênior de European Affairs e Next Generation EU na LLYC Madrid / Espanha



Juan Pablo García-Berdoy

Assessor Principal de European Affairs na LLYC / Espanha

Nestes últimos anos, a integração europeia tentou, a título prioritário, travar a deterioração da governação mundial, que tem sido prejudicada pela perda de peso dos instrumentos multilaterais. Foi e continua a ser um esforço algo melancólico e repleto de contradições. Em primeiro lugar, pela falta de resposta dos principais blocos económicos mundiais, Estados Unidos e China. Em segundo lugar, devido a uma certa incoerência em relação ao discurso intra-europeu, fragmentado por interesses nacionais e setoriais que, em muitos casos, se sobrepujaram ao discurso global.

A verdade é que as crises atuais e as suas consequências, tanto políticas como económicas, tornam claro que não podemos enfrentar este esforço de reconstrução da governação mundial sem a cumplicidade de outras regiões do planeta, que sofrem, ainda mais do que a Europa, de uma marginalização crescente face à concorrência entre grandes blocos.

Por outro lado, a história ensina-nos que as vantagens a curto prazo na gestão dos ativos disponíveis, nomeadamente das matérias-primas, não compensam de forma alguma a cedência implícita a terceiros da defesa dos seus próprios interesses e o abandono do multilateralismo. Trata-se agora de recuperar uma voz, ou melhor, várias vozes, pois a América Latina é um continente rico e diversificado que, por sua vez,

“Atrevemo-nos a dizer que ninguém no planeta está mais próximo destes valores e interesses da América Latina do que a Europa, mesmo que em alguns setores a concorrência possa parecer uma rivalidade”

representa valores com os quais a Europa tem muito em comum. Atrevemo-nos a dizer que ninguém no planeta está mais próximo destes valores e interesses da América Latina do que a Europa, mesmo que em alguns setores a concorrência possa parecer uma rivalidade.

No entanto, embora uma grande parte da América Latina e da Europa (não devemos sonhar com a unanimidade, inexistente no mundo real) esteja de acordo com esta análise, a verdade é que estamos muito longe de tirar as devidas consequências não só a nível político, mas também a nível social e empresarial.

Iremos concentrar-nos neste último aspeto, vital para dar massa crítica aos governos e às sociedades que procuram uma aproximação transatlântica real, concreta e tangível.



Existem três aspetos que, à primeira vista, deveriam atrair mais atenção a este diálogo entre os intervenientes privados e os poderes públicos na América Latina e na Europa.

O primeiro é saber quais as possibilidades de colaboração público-privada que encontrarão melhor resposta, quer por terem canais de financiamento estabelecidos, acesso preferencial aos mercados ou uma procura sólida devido a sinergias nas cadeias de produção ou de consumo. Não se trata apenas de uma análise da situação, mas também de uma análise prospetiva, tendo em conta as prioridades atuais e futuras do espaço euro-latino-americano.

O segundo é conceber estratégias para a implementação de projetos empresariais concretos em que os respetivos intervenientes privados contribuam para tornar credível o compromisso da União Europeia e da América Latina de criar um espaço partilhado, seja no domínio ambiental, digital ou de desenvolvimento sustentável. O objetivo é fundamentar os conceitos mais gerais num exercício de apropriação das políticas acordadas entre a UE e a América Latina, complementando o que as autoridades públicas ou as instituições financeiras internacionais afirmam em termos mais gerais.

Por último, e como consequência do que precede, reforçar e promover o diálogo entre um lado e outro do Atlântico. O setor empresarial latino-americano e o setor empresarial europeu enraizado na América Latina devem participar ativamente neste diálogo público/privado, contribuindo com a sua experiência em matéria de gestão e desenvolvimento da atividade económica. A condição necessária para que isso aconteça é um conhecimento profundo das instituições públicas envolvidas e dos seus mecanismos de funcionamento.

A revisão da política europeia na América Latina durante a presidência espanhola do Conselho constitui uma oportunidade para analisar a

participação do setor privado na conceção e execução desta nova fase. Outros artigos nesta revista descrevem as grandes linhas desta revisão, a sua ambição e os seus objetivos.

Na LLYC queremos acompanhar o setor empresarial europeu e latino-americano nesta nova etapa em que a diplomacia empresarial pode desempenhar um papel fundamental na procura dessa governação partilhada. O ponto de partida é um conhecimento profundo das duas realidades, latino-americana e europeia, condição necessária para trazer um verdadeiro valor acrescentado à relação entre as duas regiões.

Um dos objetivos da nossa área de Assuntos Europeus (LLYC European Affairs) é contribuir para a aproximação, compreensão e comunicação entre a América Latina e a Europa. Tudo isto com o objetivo de gerar um impacto positivo na economia, orientado para setores do futuro e tendo como base os nossos valores e interesses comuns.

Por outro lado, a presença direta da LLYC na América Latina, com 12 escritórios em 10 países da região, a partir dos quais trabalhamos no âmbito público e privado, permite-nos conhecer em primeira mão a realidade dos países e aproximá-la do contexto europeu.

Trata-se de uma oportunidade extraordinária para lançar um verdadeiro processo de gestão conjunta dos desafios comuns, de reunir as nossas capacidades para reforçar a governação mundial e de reforçar um setor empresarial capaz de participar nas mudanças estruturais que já estão em curso e que transformarão profundamente as nossas sociedades.

Com base no nosso conhecimento institucional e na nossa capilaridade na América Latina, estamos empenhados neste novo impulso para uma governação partilhada em que o setor privado desempenha um papel indispensável.

Uma **ALIANÇA DIGITAL ALC-UE** para **REFORÇAR** a **CONECTIVIDADE** e a **INCLUSÃO**



Alicia Richart

Directora Geral da Afiniti para Espanha e Portugal / Espanha

Nesta fase do jogo, já não existem dúvidas de que a partilha do poder mundial será decidida no cenário digital. Estamos numa nova era, em que o carvão e o aço foram ou estão a ser deixados para trás, e é o controlo das redes, dos dados e das infraestruturas que vai determinar quem são os intervenientes mais poderosos do planeta. A Revolução Industrial está oficialmente morta.

Neste novo cenário, dois grandes blocos estão a competir para liderar as diferentes tecnologias que irão moldar o nosso futuro. A China é líder em 5G, drones comerciais ou em baterias para carros elétricos, enquanto os EUA estão à frente na biologia sintética, na indústria biofarmacêutica, na energia de fusão ou na computação quântica.

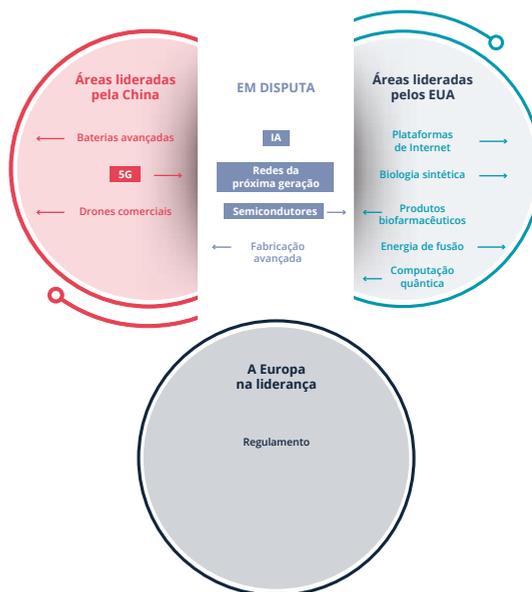
A tecnologia que poderá ser mais decisiva no futuro, a inteligência artificial, continua a ser um território contestado, tal como os semicondutores ou as redes de nova geração. Ainda não existe um vencedor claro, embora dependa sempre do relatório que é consultado. O estudo realizado pelo Instituto de Política Estratégica Australiano (ASPI) em março último faz a balança pender muito mais para a China. De acordo com esta análise, o país asiático está presente em 37 das 44 tecnologias críticas e emergentes do momento.

Seja como for, todos estão de acordo no momento de avaliar o papel da Europa na revolução digital. Mínimo, mas não inexistente. A UE lidera sem contestação no domínio da regula-

“A UE lidera sem contestação no domínio da regulamentação digital. Somos o espelho para o qual o mundo olha quando se trata de salvaguardar os direitos e as liberdades que teremos neste novo cenário”

A liderança em tecnologias-chave é cada vez mais disputada

Este gráfico é um resumo do estudo realizado pelo Special Competitive Studies Project (SCSP) sobre o estado atual da concorrência entre os Estados Unidos e a China relativamente à liderança em áreas tecnológicas específicas e a sua tendência prevista para 2025.



As setas indicam a direção da tendência (até 2025).
Fonte: Special Competitive Studies Project (SCSP)

mentação digital. Somos o espelho para o qual o mundo olha quando se trata de salvaguardar os direitos e as liberdades que teremos neste novo cenário em que já estamos imersos.

Pode parecer uma questão menor se olharmos para o gráfico - que, como toda a gente sabe, vale mais do que mil palavras - mas não é bem assim. A liderança num domínio transversal e estratégico pode proporcionar à UE uma vantagem competitiva para expandir o seu modelo além-fronteiras, especialmente na América Latina.

Estes países tendem a favorecer uma digitalização baseada em direitos que salvaguardem os princípios e valores democráticos, inclinándose para o modelo europeu de desenvolvimento e regulamentação tecnológica. Por outras palavras: estes países estão socialmente mais próximos da forma de pensar e agir dos europeus do que de países de outras partes do mundo.

E isso é uma vantagem competitiva num cenário em que a ética se torna cada vez mais importante, especialmente face ao receio que muitas pessoas têm do aparecimento da inteligência artificial generativa. O ChatGPT fez soar os alarmes em todo o mundo ao desenvolver-se em tempo recorde sem qualquer controlo legal, o que assusta muita gente.

Regulamentar as ferramentas de inteligência artificial sem, ao mesmo tempo, abrandar o seu desenvolvimento é um desafio legislativo universal. Mas enquanto a China e os EUA olham para o outro lado imersos na sua batalha tecnológica, Bruxelas não hesita em procurar legislação ética para proteger os cidadãos.

E esta atitude está relacionada com a de muitos países da América Latina, que estão a implementar leis inspiradas no Regulamento sobre Proteção de Dados da UE de 2016

“ Se a ética já é importante em qualquer atividade humana, a sua importância disparou nos últimos meses com o aparecimento de tecnologias que nem todos compreendem ”

(RGPD). Além disso, vários estados da região são pioneiros noutros domínios dos direitos digitais e líderes no desenvolvimento de uma inteligência artificial ética e responsável.

IMPORTÂNCIA DA ÉTICA

Se a ética já é importante em qualquer atividade humana, a sua importância disparou nos últimos meses com o aparecimento de tecnologias que nem todos compreendem. No seu discurso de admissão na Real Academia da Língua, a professora de Inteligência Artificial Asunción Pérez-Gómez alertou para o facto de esta tecnologia “poder ultrapassar os limites do ético e do legalmente aceitável” e apelou à aprovação de um regulamento europeu sobre inteligência artificial.

Existe vontade política para o fazer. E este é o principal argumento para tornar atrativa uma União Europeia que não lidera em tecnologia nem em investigação, mas lidera em valores e princípios e, como tal, em regulamentação. A aliança com a América Latina, um território com o qual partilha valores e visões, é praticamente inevitável.

Assim, em março último, foi lançada a Aliança Digital União Europeia-América Latina e Caraíbas, uma iniciativa conjunta para defender uma transformação digital centrada nas pessoas. O projeto é apoiado por uma con-

“O reforço dos laços da UE com a América Latina sempre foi urgente, mas num contexto digital marcado pela competitividade extrema é ainda mais premente”

tribuição inicial de 145 milhões de euros da Equipa Europa, dos quais 50 milhões de euros do orçamento da UE se destinam a reforçar a cooperação digital entre as duas regiões.

O objetivo da Aliança é promover o desenvolvimento de infraestruturas digitais seguras e resilientes com base num quadro assente em valores, assegurando um ambiente democrático e transparente e com uma forte incidência na privacidade e nos direitos digitais.

Uma grande iniciativa que, no entanto, poderá não ser suficiente. O fosso digital nesta região é o maior do mundo e a sua superação exigirá uma colaboração a longo prazo que deve ser impulsionada pela Presidência espanhola da União Europeia. Muitos Estados-Membros ainda não estão conscientes da importância estratégica da América Latina, uma região onde a China multiplicou por dez os seus investimentos nos últimos anos.

Para tal, é essencial a criação de uma estratégia global na região, que inclua instrumentos diplomáticos, económicos e de segurança. Os principais objetivos deste exercício devem ser garantir que os países latino-americanos com graves necessidades de conectividade e fossos digitais possam receber financiamento do Global Gateway.

O reforço dos laços da UE com a América Latina sempre foi urgente, mas num contexto digital marcado pela competitividade extrema é ainda mais premente. Tanto mais que a parceria visa não só melhorar a conectividade, mas também garantir a inclusão através de um domínio - a legislação - em que a Europa é líder mundial. Agora é o momento de o aproveitar.

AMÉRICA LATINA-UNIÃO EUROPEIA: quando a **CONTINUIDADE** é a **CHAVE** da **AGENDA**



Juan Carlos Gozzer

Sócio e CEO para a América Latina na LLYC / Brasil

Apesar das relações historicamente próximas entre a América Latina e as Caraíbas e a União Europeia, as diferentes conjunturas dos últimos anos em ambas as partes provocaram alterações no ritmo e na velocidade do diálogo birregional. Estes fatores tiveram um impacto, muitas vezes negativo, no avanço de acordos essenciais. O contexto atual, apesar das complexidades económicas, oferece uma nova oportunidade para consolidar um processo de continuidade e, espera-se, de sustentabilidade.

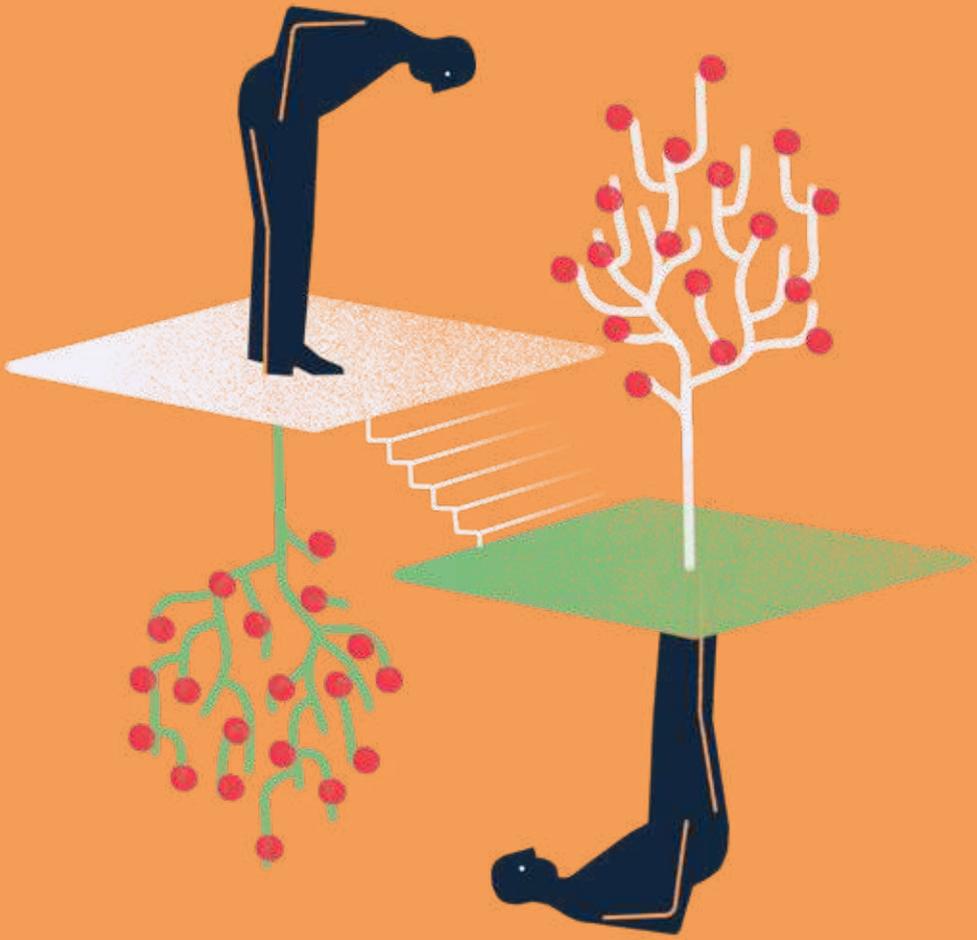
Recentemente, Félix Fernández-Shaw, diretor para a América Latina e Caraíbas da Direção-Geral das Parcerias Internacionais da Comissão Europeia, descreveu as duas regiões como “as mais compatíveis do planeta”, tanto pela proximidade cultural como pela semelhança dos desafios que enfrentam.

Não há dúvidas de que esta compatibilidade existe e é altamente valorizada em ambos os lados do Atlântico. No entanto, a correspondência não é suficiente para que as relações funcionem. O maior desafio é que ambas as regiões se tenham mutuamente como protagonistas das suas agendas para além das conjunturas políticas internas. A América Latina e a União Europeia devem manter um diálogo privilegiado estrutural em vez de conjuntural. Ainda que num cenário tão mutável, e muitas vezes oscilante como o latino-americano, este seja um objetivo complexo.

“O acordo de comércio livre entre a UE-Mercosul está, sem dúvida, no centro desta agenda de relançamento, juntamente com acordos como os que a UE estabeleceu com o Chile e o México”

Neste sentido, a Cimeira deste ano entre os países da União Europeia (UE) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), após um hiato de oito anos (se não contarmos com a reunião virtual que teve lugar em 2021), deve ser uma nova oportunidade para relançar este diálogo com base em iniciativas e movimentos a longo prazo.

Do ponto de vista das ações concretas, o acordo de comércio livre entre a UE-Mercosul está, sem dúvida, no centro desta agenda de relançamento, juntamente com acordos como os que a UE estabeleceu com o Chile e o México, entre outros. É evidente que, sem continuidade e sem esforços conjuntos, será muito difícil concluir um acordo que, como o que existe entre a UE e o Mercosul, por exemplo, está a ser preparado há mais de 20 anos.



Esta harmonia a longo prazo será também essencial para uma abordagem comum dos desafios ambientais. Na última Cimeira Ibero-Americana, realizada em Santo Domingo, foi dado um passo importante com a assinatura da Carta Ambiental Ibero-Americana.

Este roteiro poderia constituir um quadro de trabalho futuro das relações da UE-ALC, mas como um compromisso traduzido em ações e regulamentos ambientais a aplicar. No horizonte está a trigésima Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 30), que se realizará em Belém do Pará (Brasil) em 2025. Esta conferência deverá servir de enquadramento para ambas as regiões salientarem os progressos dos seus esforços conjuntos em questões relevantes, como as iniciativas de transição energética e as relacionadas com as prioridades da segurança alimentar.

Outro desafio desta agenda birregional é o da digitalização na América Latina e nas Caraíbas, em que a UE tem um papel essencial como aliada desta transformação. A Aliança Digital União Europeia-América Latina e Caraíbas, lançada no passado mês de março em Bogotá, subscreveu o compromisso comum de consolidar uma sociedade da informação baseada nas pessoas. É também um compromisso em que a cooperação público/privada de ambos os lados do Atlântico abre um grande número de oportunidades em termos de infraestruturas, acesso e redução do fosso digital na América Latina e nas Caraíbas.

Este esforço comum de digitalização traz consigo, sem dúvida, o desafio da desinformação, dos conteúdos digitais, da regulamentação (ou não) das redes e de toda a teia de questões sociais que são essenciais neste diálogo birregional: migração, diversidade e, em última análise, toda a agenda de proteção e promoção dos direitos humanos.

“Este esforço comum traz consigo o desafio da desinformação, dos conteúdos digitais, da regulamentação das redes e de toda a teia de questões sociais que são essenciais neste diálogo birregional”

Estas e muitas outras questões da agenda sublinham a necessidade de uma cooperação privilegiada contínua, cooperação que deve basear-se numa comunicação fluida e na compreensão mútua.

Estas são prioridades em relação às quais não nos devemos permitir andar para trás e para a frente nem estabelecer marcos periódicos para relançar ou recomeçar. É, e deve ser, o movimento constante que nos leva na mesma direção em que todos nós, na América Latina e nas Caraíbas e na União Europeia, queremos ir. E não podemos, nem devemos, abdicar dele.

A QUADRATURA do CÍRCULO da TRANSIÇÃO ECOLÓGICA e ENERGÉTICA



Cristina Manzano

Diretora de *esglobal* e de IE Insights / Espanha

Quando Olaf Scholz visitou o Brasil em janeiro de 2023, anunciou uma doação de mais de 200 milhões de euros para proteger a Amazônia. Este foi o primeiro líder estrangeiro que o Presidente Lula da Silva recebeu após a sua reeleição, e uma parte significativa do encontro foi dedicada ao ambiente. “É uma boa notícia para o planeta o facto de Lula estar empenhado em combater as alterações climáticas e a destruição da floresta tropical”, afirmou o chanceler alemão. Claro que sim. Mas, como se sabe, são ambas tarefas gigantescas que exigem a colaboração, a coordenação e o empenho de todos para serem alcançadas.

Tornou-se um lugar comum recordar o papel da América Latina e das Caraíbas (ALC) na luta contra as alterações climáticas e na transição verde, para além do facto de a Amazônia ser o pulmão do mundo e da sua enorme biodiversidade. Apenas alguns números: alberga 33 % das terras aráveis do planeta, 25 % das florestas tropicais, 52 % das reservas de cobre, um terço da água potável, 20 % da capacidade hidroelétrica e 40 % das terras raras.

Por outro lado, a região é responsável por apenas 8 % das emissões globais de gases com efeito de estufa, mas é também uma das mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas. O poder destrutivo dos furacões, secas, incêndios e inundações tem custado o equivalente a 1 % do PIB médio regional e até 2 % em alguns países da América Central. De acordo com um relatório do Banco Mundial, mais de 17 milhões de latino-americanos

“A União Europeia pode, e deve, contribuir com financiamento e apoio para aumentar a capacidade de adaptação, atenuação e resiliência dos países da América Latina”

poderão ser deslocados devido às alterações climáticas até 2050. É também a região mais perigosa para os defensores ambientais.

É óbvio que a UE (cujas emissões, num ambiente muito mais industrializado, representam também 8 % do total) pode, e deve, contribuir com financiamento e apoio para aumentar a capacidade de adaptação, atenuação e resiliência dos países da América Latina.

E não se trata apenas da vontade de apoiar a transição para economias verdes e sustentáveis, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela agenda climática global. A Europa parece ter descoberto “de repente” que a ALC pode ser um parceiro relevante para assegurar a transição energética e digital em que apostou o seu futuro.

O processo está a ser marcado por dois fatores fundamentais. Por um lado, a guerra na Ucrânia obrigou a UE a reduzir ao mínimo a sua dependência da energia russa e acelerou significativamente a reconversão energética

dos países da UE. Por outro lado, no meio da rivalidade crescente entre os Estados Unidos e a China, a Europa declarou a sua intenção de lançar um processo que o presidente da Comissão Europeia apelidou de *de-risking*. O termo refere-se à necessidade de reduzir as vulnerabilidades causadas pela dependência de matérias-primas essenciais procedentes deste país asiático. Até 98 % no caso das terras raras.

Outro exemplo paradigmático é o lítio, o metal que alimenta as baterias de longa duração, seja em telefones, computadores ou qualquer outro dispositivo eletrónico, incluindo veículos elétricos, e que é utilizado para armazenar a energia produzida por painéis solares e turbinas eólicas. O grande desafio das energias renováveis. O chamado “triângulo do lítio” - Chile, Argentina e Bolívia - alberga cerca de 60 % das reservas mundiais de lítio. No papel, uma grande oportunidade; na prática, coloca todo o tipo de desafios relacionados com o controlo dos recursos, face a “predadores” estrangeiros, com os métodos de extração, mais ou menos respeitadores do ambiente e dos direitos das populações indígenas, ou com o modelo de produção e de desenvolvimento a alcançar, um modelo capaz de abandonar os padrões extrativistas tradicionais e de gerar um verdadeiro valor acrescentado.

Esta preocupação com uma transição justa, tendo em conta o seu impacto nas mulheres e nas populações locais, especialmente as indígenas, na procura da inclusão e da equidade, que proteja o bem-estar dos trabalhadores e que recupere igualmente os conhecimentos e tradições ancestrais, está presente em todos os documentos e iniciativas que abordam a transição verde e energética na relação birregional.

Entre as mais recentes contam-se a Carta Ambiental Ibero-Americana, aprovada na Cimeira

Ibero-Americana de Santo Domingo, em março de 2023, e a Nova Agenda para as Relações entre a UE e a América Latina e as Caraíbas, a comunicação conjunta da Comissão Europeia e do Alto Representante para a Política Externa dirigida ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu em 7 de junho. No horizonte próximo está a cimeira UE-CELAC, que se realizará no âmbito da Presidência espanhola do Conselho da UE. “A parceria estratégica UE-ALC é hoje mais importante do que nunca. Somos aliados fundamentais no reforço da ordem internacional baseada em regras e na defesa conjunta da democracia, dos direitos humanos, da paz e da segurança internacionais. Estamos igualmente interessados em reforçar a nossa cooperação e diálogo políticos, em combater as alterações climáticas e em impulsionar uma transformação digital inclusiva e centrada nas pessoas. O nosso programa Global Gateway irá impulsionar igualmente o investimento e uma cooperação mais estreita”, afirmou Ursula Von der Leyen na sua apresentação.

De facto, está a ser dada muita ênfase ao Global Gateway, o programa de apoio ao investimento em infraestruturas que procura competir, de certa forma, com a iniciativa chinesa “Belt and Road Initiative” (conhecida como a nova Rota da Seda), embora com um financiamento consideravelmente menor. O desejo europeu de cooperação é também dificultado pela complexidade dos instrumentos financeiros adequados mas, neste caso, a vontade política pode e deve prevalecer sobre as questões técnicas.

O relançamento das relações entre as duas regiões tem na transição ecológica e energética um excelente campo de ensaio para a quadratura do círculo, a fim de transformar as intenções em realidade, como parceiros iguais empenhados no futuro das suas sociedades e do planeta. É uma oportunidade que não se deve desperdiçar.

○ POTENCIAL INFINITO do CORPORATE VENTURE CAPITAL na AMÉRICA LATINA



Adolfo Vinatea

CEO da Krealo, o *corporate venture capital* do Grupo Credicorp / Peru

A nível mundial, a colaboração entre *startups* e empresas deixou de ser uma estratégia emergente para se tornar uma realidade estabelecida. É assim que o *corporate venture capital* (CVC) tem vindo a ganhar terreno no mercado. Este tipo de *venture capital*, em que uma empresa cria uma equipa dedicada para investir em *startups* emergentes externas em fase de crescimento, permite expandir o ecossistema de inovação e tornar as empresas ainda mais competitivas. Os CVC partilham o seu capital, a sua experiência e a sua solidez; e as *startups* a sua agilidade, o seu talento e as suas soluções disruptivas. Deste modo, beneficiam-se mutuamente.

Nos últimos anos, a América Latina, consciente do potencial deste modelo, tem vindo a desenvolver esforços para o implementar. De acordo com o “State of CVC 2022 Report” da CB Insights, 2022 fechou com uma queda nos investimentos em *startups* e/ou *fintechs*. No entanto, a nível global, segundo a PitchBook, o número de transações que envolveram a participação de CVC em 2022 cresceu para 22 400 milhões de dólares, o que representou um claro aumento face a 2021, quando o montante foi de 17 600 milhões de dólares.

A compreensão dos benefícios do CVC é fundamental para permitir o seu crescimento. Para além de permitir o acesso a novos mercados, permite ganhar dinamismo, criatividade e força, bem como identificar novas tendências e angariar novos clientes, o que dá uma nova perspetiva às grandes empresas. O acesso

“A compreensão dos benefícios do CVC é fundamental para permitir o seu crescimento. Permite-lhe aceder a novos mercados, ganhar dinamismo, criatividade e força, bem como identificar novas tendências e angariar novos clientes”

a novas tecnologias e a modelos de negócio disruptivos que é possível alcançar permite também potenciar o talento e o empreendedorismo, criando novas formas de gestão empresarial em que “todos ganham”, ao mesmo tempo que se cria um ecossistema de inovação cada vez mais relevante.

O relatório “Corporate Venture Capital e o seu impacto na América-Latina”, elaborado pelo *MIT Technology Review* com o apoio de 32 grandes empresas da região, revela que 90 % destas estão interessadas em fornecer capital a empreendimentos tecnológicos, mas ainda enfrentam uma série de desafios para transformar essa intenção em realidade.

Alguns dos principais obstáculos são a falta de uma cultura dentro da empresa, marcada por uma dinâmica tradicional, que favoreça o CVC, bem como a falta de um ambiente colaborativo, de uma mentalidade digital e

de formação na área. Além disso, interferem fatores externos, como a ausência de regulamentação tecnológica e fiscal, o que torna cada vez mais urgente a institucionalização e a acreditação da indústria.

Neste sentido, as organizações da região tomaram consciência da necessidade de adotar ações de melhoria para impulsionar ainda mais o ecossistema *fintech*. Para o efeito, a adoção de casos de CVC bem-sucedidos em países desenvolvidos pode servir de ponto de referência para a construção de um modelo eficaz na América Latina.

Por exemplo, o mercado europeu tem registado uma tendência crescente de atividades de *corporate venturing*, das quais o CVC faz parte. Foram testados modelos em que a colaboração integral e a implementação de estratégias de investimento são diversas: investimentos diretos de capital, parcerias estratégicas, *joint ventures* e, nos últimos anos, aquisições.

Um exemplo disso é a Wayra Hispam, o braço de inovação aberta da Telefónica na América Latina, que há mais de doze anos foi pioneira no estabelecimento do CVC na região e continua ativa até hoje, reinventando-se e procurando novas oportunidades, e que em 2022 fez um investimento global de mais de 6 milhões de dólares em 40 *startups* em vários domínios.

Desta forma, mercados como o europeu funcionam como uma grande referência no caminho a seguir pela América Latina. E é esse o caminho que devemos fazer. No âmbito da próxima Presidência espanhola do Conselho da União Europeia, no segundo semestre deste ano, existe uma oportunidade, do ponto de vista da cooperação, para reforçar as relações com a nossa região, vendo-a como uma possibilidade de crescimento económico conjunto e de investimento e reforçando os sistemas

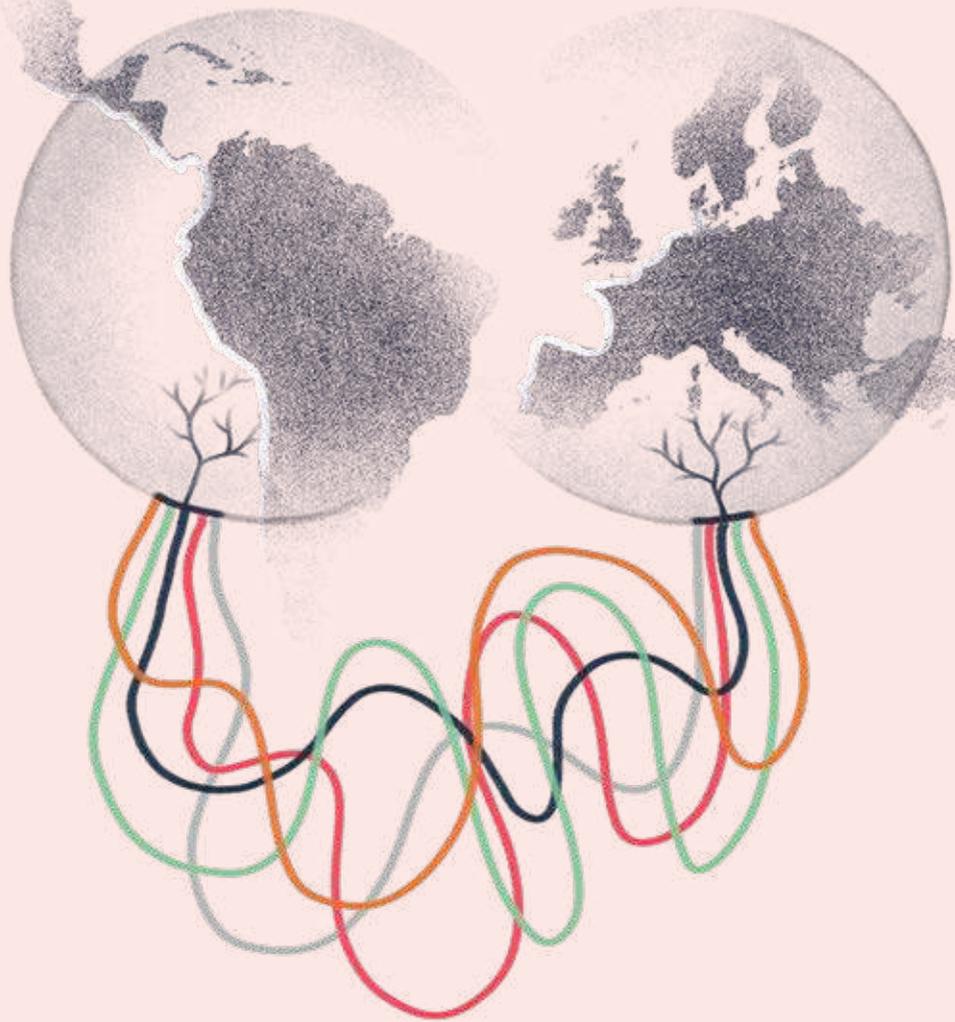
“O *corporate venture capital* pode ser uma importante fonte de financiamento para os empresários da região, com todos os benefícios sociais e económicos que este implica”

tecnológicos e de inovação nos quais o CVC deve, sem dúvida, desempenhar um papel de liderança.

Em suma, o *corporate venture capital* deixou de ser o futuro potencial para se tornar num presente cada vez mais evidente. E as empresas que não o fizeram arriscam-se a ficar no passado. A América Latina tem potencial, mas ainda há um longo caminho a percorrer para, através deste modelo, criar soluções inovadoras que melhorem a vida dos cidadãos. O CVC pode igualmente ser uma importante fonte de financiamento para os empresários da região, com todos os benefícios sociais e económicos que este implica.

Na Krealo, o *corporate venture capital* do Grupo Credicorp, isto é muito claro. Identificamos, avaliamos e investimos em *fintechs* ou *startups* na região andina que incluem serviços financeiros nas suas operações, o que se traduz num mercado de mais de 100 milhões de pessoas entre o Peru, o Chile e a Colômbia. Desta forma, procuramos impulsionar o ecossistema *fintech* e transformar os serviços financeiros da região.

Com as ferramentas certas e um esforço conjunto, é possível dar o salto e fazer da colaboração uma realidade consolidada também na nossa região.



UNO + 1 ENTREVISTA

José Antonio Llorente
conversa com Moisés Naím



Moisés Naím

Analista de economia e política internacional e escritor / Venezuela

Moisés Naím (Trípoli, 1952) é um dos intelectuais mais importantes da América Latina. Enquanto funcionário público, foi Ministro da Indústria e do Comércio da Venezuela e Diretor Executivo do Banco Mundial. Como jornalista, esteve à frente da influente revista Foreign Policy, escreve regularmente para jornais como *El País* e é responsável pelo programa de televisão semanal *Efecto Naím*, transmitido em vários canais na América Latina e nos Estados Unidos. Como autor, publicou recentemente dois livros importantes: *O fim do poder* e *La revancha de los poderosos*, ambos publicados pela editora Debate, nos quais dissecam com lucidez os principais desafios econômicos, políticos e de valores que o mundo enfrenta no século XXI, como o populismo, a crise da globalização e a ascensão de novas potências.

P. Como é que vê a América Latina?

R. Há décadas que ouço dizer que os valores comuns partilhados pela América Latina e pela Península Ibérica condenam estes países a trabalhar juntos, a integrar-se, a coordenar-se. Mas não é assim. Existem barreiras invisíveis - e outras muito visíveis, como o protecionismo agrícola, por exemplo - que fazem com que o destino comum da América Latina e da Europa esteja mais nos discursos, nos desejos e no palavrorio do que nas práticas quotidianas dos decisores.

P. E como é que vê a ligação entre a Europa e a América Latina?

R. Há décadas que ouço dizer que os valores comuns partilhados pela América Latina e pela Península Ibérica condenam estes países a trabalhar juntos, a integrar-se, a coordenar-se. Mas não é assim. Existem barreiras invisíveis - e outras muito visíveis, como o protecionismo agrícola, por exemplo - que fazem com que o destino comum da América Latina e da Europa esteja mais nos discursos, nos desejos e no palavrorio do que nas práticas quotidianas dos decisores.

P. Espanha e Portugal já têm uma importante ligação e conexão com a América Latina. Mas agora, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, parece haver um interesse renovado por parte da Alemanha, França e Itália, mesmo da Europa de Leste, em ter uma relação bidirecional semelhante. A América Latina tem recursos e matérias-primas. Além disso, em termos de cultura e religião, existe uma harmonia que é difícil de encontrar noutras partes do mundo.

R. Essa é a lista. Mas durante demasiado tempo ouvimos dizer que agora sim, desta vez vai ser diferente. Que agora existe vontade, apetência para a coordenação e sincronização, para alianças profundas entre a América Latina e a Europa. E é muito importante que aqueles que estão a pensar nisto comecem

por compreender que existe um ceticismo muito justificado e muito grande quanto à capacidade de coordenação destes dois blocos. Cada um deles tem problemas domésticos muito intensos. A integração destes países não é instantânea e tem custos imediatos. Além disso, existem grupos de interesse e grupos empresariais que não veem com bons olhos a entrada da Europa na América Latina, porque não podem enfrentar a concorrência.

P. Recentemente, o Presidente colombiano Gustavo Petro esteve em Madrid, onde se queixou da tendência europeia para explorar os recursos naturais da América Latina, o que é um facto histórico, mas que tem continuado nas últimas décadas e no presente. No entanto, a China, cada vez mais presente na América Latina, também não parece ter interesses diferentes: a extração e a utilização dos recursos naturais para os seus próprios fins. E segundo os europeus, na América Latina a China é muitas vezes vista de uma forma mais positiva do que a Europa.

R. Tudo isso é verdade. É como dizes. Atualmente, assistimos a uma maior presença na América Latina de potências estrangeiras que anteriormente não tinham tanto peso. É o caso da China, que há muito tempo tem uma presença associada à exploração dos recursos naturais. Mas existem muitas possibilidades à nossa frente. A América Latina poderá ser a próxima Arábia Saudita. Se o século XX foi caracterizado, em geral, pelo petróleo, este século será provavelmente caracterizado pelo lítio. E a Argentina, a Bolívia e o Chile poderão ser os principais produtores mundiais de lítio durante muito tempo. No entanto, a Bolívia ou, por exemplo, a Colômbia de Petro, estão à beira de perder o barco mais uma vez devido a uma série de políticas, alianças e estratégias. Existe a possibilidade de fazer um autogolo.

P. Fiquei muito surpreendido com a posição da América Latina relativamente à guerra na Ucrânia. Não creio que os países europeus ou da NATO estejam à espera que esta ajude a Ucrânia com armamento. Mas, pelo menos, que condene a invasão de um país por outro. E encontramos posições muito neutras. Mesmo a de Lula para quem, independentemente de quem tem razão, há que procurar uma solução pacífica, que para ele passa provavelmente pela entrega de parte do território da Ucrânia à Rússia. Isto é surpreendente. A América Latina é uma região pacífica onde é impensável um país invadir outro.

R. Permite-me dizer três coisas. Em primeiro lugar, não é a América Latina que não apoia a Ucrânia na sua tentativa de impedir a tomada do controlo pela Rússia. As sondagens indicam um apoio popular à Ucrânia. Na América Latina, quem não está de acordo são os governantes, mas apenas porque procuram um aproveitamento político a curto prazo. A segunda questão é o facto de quererem ter uma presença internacional. Não esqueçamos que, na altura, Lula disse que ia resolver o problema do Médio Oriente e iniciou uma série de ações que não deram em nada. Disse igualmente que a América Latina seria responsável pelo desenvolvimento de África e que o Brasil teria uma presença muito importante no continente.

Mas isto é dito pelos mesmos países que não são capazes de se coordenar entre si. A rivalidade e a desconfiança entre o México e o Brasil são lendárias. São países que não se conhecem e entre os quais existe pouco intercâmbio comercial, de pessoas, de tecnologia e de cultura. O Brasil não tem sido o país mais aberto para se coordenar ou aliar-se aos seus vizinhos. A questão é saber como o fará com as potências extrarregionais. Há ali muita postura, muito teatro.

E uma terceira questão que explica esta situação é o facto de continuar a existir um profundo desconforto com os Estados Unidos na América Latina. Há aquela velha piada em que se pergunta a alguém o que é que vai fazer à Embaixada dos EUA e ele diz que de manhã vai atirar pedras e à tarde vai fazer fila para obter um visto. Os políticos não estão dispostos a reconhecer que a Rússia é uma potência invasora, ilegal e criminosa, porque querem ser intermediários, por um lado, e porque por outro querem voltar a meter o dedo no olho da América.

P. Obviamente, a Europa não é os Estados Unidos, mas existe algo semelhante ao que referes: embora seja criticada na América Latina, também é considerada um destino a nível individual. Digo isto a muitos amigos latino-americanos que vêm viver para cá. “Queres vir viver para Madrid e mandas os teus filhos para estudar aqui. Não te passou pela cabeça ir viver para Xangai ou Pequim. E, no entanto, não te importas de favorecer o investimento chinês em detrimento do investimento europeu”. Os chineses podem oferecer melhores condições mas, a médio e longo prazo, o investimento europeu seria mais leal ou mais coerente com os valores latino-americanos.

R. É isso mesmo. Partilho inteiramente este diagnóstico e a tua forma de o apresentar. Sempre que se ouve falar nisso, é preciso perguntar a essa pessoa: onde estão guardadas as tuas poupanças? Em que moeda e em que país? Para onde vais se tiveres problemas graves de saúde? Dispões de meios financeiros? Ficas no teu país ou procuras os melhores hospitais da Europa e dos Estados Unidos? Que universidades de que países frequentam os teus filhos? Existe uma longa lista de hipocrisias muito evidentes, mas por detrás de tudo isto o que vemos é teatro.

P. Em jeito de autocrítica, diria que as grandes empresas europeias, os grandes investidores, deveriam estar conscientes de que, se queremos manter uma relação privilegiada com a América Latina, também temos de oferecer condições privilegiadas. Não podemos esperar que a América Latina pague pelos nossos serviços ou aceite as nossas condições em desvantagem económica em relação à opção de recorrer a um investidor chinês. Temos de acabar com esta arrogância de que somos melhores e de que o que é nosso é mais caro porque inclui valores que têm de ser protegidos.

R. Sim, concordo contigo. No final, os incentivos materiais são muito importantes e pouco suscetíveis de serem alterados. Prevaecem a rentabilidade e os custos de oportunidade, prevaecem as variáveis económicas que não são fáceis de influenciar com palavrórios.

P. Além disso, do lado europeu, a possibilidade de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia, que poderia ter aberto a porta a futuros desenvolvimentos comerciais e a uma integração mais eficaz, foi por água abaixo. Alguns países europeus travaram esta potencial aliança e atualmente ninguém parece continuar a defendê-la.

R. É isso mesmo. Temos uma longa lista de acordos, de tentativas de unificação e de alianças transregionais. Depois do Mercosul, surgiu uma outra opção, a Aliança do Pacífico. A ideia de unir o México a todos os países do Pacífico, sem demasiadas condições, para que pudessem trabalhar em conjunto, gerou um grande entusiasmo. Era uma boa ideia. Mas depois, pouco a pouco, diferentes presidentes começaram a minar a aliança, enfraquecendo-a ao ponto de a fazer desaparecer. Vários países consideravam-no simplesmente um acordo de

comércio livre não transparente que beneficiava os Estados Unidos. É uma pena que tenha acabado assim, porque este acordo tinha de facto possibilidades materiais concretas. Havia a ideia de criar uma rede elétrica entre estes países. As possibilidades de infraestruturas eram infinitas. Foi mais uma vez uma oportunidade perdida. Esperemos que não se repita.

P. Quando olhas para estas oportunidades perdidas, a ideia da União Europeia torna-se ainda mais forte. Para mim, trata-se de um dos movimentos multilaterais mais relevantes, se não o mais relevante, dos últimos anos. O seu sucesso como modelo de integração multilateral é tão grande que é pena que não sirva de exemplo para uma maior colaboração regional na América Latina. É verdade que esta é muito complicada devido às diferentes realidades políticas dos países. Mas na Europa os países também não eram assim tão semelhantes, e o seu esforço, a sua renúncia à soberania e às capacidades nacionais, construíram algo que considero admirável.

R. Absolutamente. Apoio o projeto europeu com entusiasmo e acredito que é importante não só para a Europa mas para o mundo. A sua presença e influência significam a presença e influência de ideias e valores que eu e muitos outros partilhamos, os de uma ordem liberal internacional. Quem queres que tenha mais influência na mesa das grandes decisões: a China, a Rússia ou a União Europeia? Mas, no caso da América Latina, talvez seja pedir demasiado aos países que não conseguem integrar-se com os vizinhos com quem partilham uma fronteira que se integrem com potenciais amigos do outro lado do oceano. Isto também tem de ser visto do lado europeu. Em breve, haverá um gigantesco projeto de reconstrução

na Ucrânia. E se fores uma empresa europeia, onde é que preferes aplicar o teu dinheiro neste momento? Lá, ou na Colômbia de Petro ou na Venezuela de Maduro?

P. Qual a tua opinião sobre o que aconteceu no Chile? Achas que pode ser extrapolado para o Peru, Colômbia ou Argentina a curto prazo?

R. Na Argentina estamos prestes a ver, pela primeira vez desde há muito tempo, um governo que não é explicitamente peronista. Para mim, isso é uma boa notícia. É um país que não perdeu a oportunidade de errar sempre que teve a possibilidade de o fazer. E que olha para trás quando podia olhar para a frente, porque tem talentos, recursos, possibilidades, experiência, histórias e instituições para o fazer. A Argentina poderia ser um grande país, mas sofre muito daquilo a que chamo “necrofilia ideológica”. Como sabes, a necrofilia é uma perversão de que sofrem alguns seres humanos que sentem uma atração muito forte por cadáveres. Existe uma versão política disto: a atração, o apetite ou o enorme desejo por más ideias políticas que têm sido usadas e repetidas por demagogos políticos, em diferentes circunstâncias, e que acabam por deixar o país mais endividado, mais empobrecido, mais corrupto e mais desigual. A Argentina tem sido a campeã mundial da necrofilia política. Por isso, talvez esta mudança seja uma boa notícia para o país.

P. Felizmente, dentro desta fragilidade, a América Latina não reproduziu o modelo autárquico chavista de uma falsa democracia governada por um único partido, um único líder. Vimos como o Uruguai, um país liderado durante dezenas de anos pela esquerda, tem agora um pre-

sidente conservador. Na Argentina tem havido alternância de governo. E no Chile também. A população e as instituições aceitam a mudança de política. É uma luz ao fundo do túnel, não é?

R. Sim. Mas também é muito importante compreender que as palavras “esquerda” ou “direita” já não funcionam. O Chile é um bom exemplo. Bachelet ou Lagos, que eram socialistas, tinham políticas que em termos económicos eram claramente de direita. E Piñera, por outro lado, que se apresentava como de direita, tinha políticas de esquerda. Vimos isto em diferentes países. O mais importante para mim é que sejam democráticos e que não tentem limitar a alternância, que não tentem manter-se no poder para além do que a Constituição estabelece.

P. Até agora, porém, foi isso que aconteceu. Na Argentina, o cenário com os Kirchner no governo parecia difícil, mas Macri chegou, ganhou e governou. Depois, outro presidente ganhou e governou. E agora vão realizar-se novamente eleições e haverá outro presidente no governo.

R. Claro. Mas na Argentina o conceito de governo é muito relativo. Existe um presidente que se senta na Casa Rosada e dá ordens. Mas em muitos aspetos a Argentina, e isto também se verifica noutros países como o Peru, não é governada. Existem governos e existe alternância, e tal deve ser reconhecido, respeitado e aplaudido. Mas não podemos perder de vista o facto de no fundo estes países não estarem a ser governados. Pensa no México, por exemplo: no tamanho do seu território que não é controlado por ninguém para além de uma combinação de cartéis, traficantes, militares...

P. Que lições podem as duas regiões, Europa e América Latina, oferecer?

R. O projeto de integração europeia é indispensável para a Europa, mas também para o mundo e, nomeadamente, para a América Latina. É muito importante que seja bem-sucedido. E a América Latina deve redobrar os seus esforços para tentar participar, mas de uma forma prática, concreta e realista. Realisticamente, antes de tentar criar esta aliança com um grupo de países do outro lado do oceano, os países latino-americanos deveriam primeiro integrar-se entre si. O potencial de uma América Latina integrada é enorme, significativo e está na origem de grandes esperanças até agora não concretizadas. Talvez com novos líderes haja mais possibilidades de pensar numa América Latina que saiba fazer alianças, primeiro internamente, na própria região, e depois à escala internacional.

P. E o que deveria fazer a Europa?

R. A Europa tem de recuperar o entusiasmo dos seus cidadãos pela União Europeia. Quando a unificação da Europa foi decidida, as pessoas dançaram nas ruas. A celebração foi muito emotiva. Isto foi-se perdendo e o entusiasmo pelo projeto europeu tem vindo a diminuir. É importante que os dirigentes compreendam que têm de o reconquistar se quiserem ter legitimidade para entrar em guerra ou formar a potência económica que a Europa pode ser. É muito importante que os europeus, que não são necessariamente peritos políticos e estadistas, mas cidadãos comuns, recuperem o entusiasmo e a esperança no projeto europeu.



DIGITALIZAÇÃO, INOVAÇÃO e SUSTENTABILIDADE



John Rutherford

Responsável Global de Relações Internacionais do BBVA / Reino Unido

Nos últimos trinta anos, o BBVA desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do setor financeiro na América Latina, sendo atualmente uma das instituições mais importantes da região, com presença em 9 países.

Num mundo em que 24 % da população não tem uma conta bancária, o BBVA está consciente do poder transformador dos serviços financeiros para enfrentar os grandes desafios da sociedade, bem como do papel único do setor financeiro como agente catalisador do desenvolvimento. De facto, o PIB per capita apresenta uma correlação clara com o acesso aos serviços financeiros. Sem ir mais longe, o grau de penetração bancária na América Latina, que se situava em cerca de 30-35 % na década de 1990, registou nas últimas décadas o maior aumento entre as regiões em desenvolvimento do mundo, pelo que, de acordo com os dados do Banco Mundial para 2021, 73 % dos adultos têm contas em instituições financeiras de algum tipo.

A estratégia do BBVA na região baseia-se, por conseguinte, em três prioridades estratégicas: digitalização, inovação e sustentabilidade.

No que respeita à primeira, o BBVA foi pioneiro na introdução de canais bancários online e aplicações móveis, o que facilitou o acesso dos clientes a serviços e produtos de forma mais cómoda e segura, garantindo a sua chegada aos grupos mais vulneráveis. Em 2022, o número de utilizadores digitais do BBVA na região ultrapassou os 29 milhões de clientes,

“ Num mundo em que 24 % da população não tem conta bancária, o BBVA está consciente do poder transformador dos serviços financeiros para enfrentar os grandes desafios da sociedade ”

com um crescimento anual de 18 %, e as vendas através de canais digitais representaram quase 80 % do total.

Em termos de inovação, a região é chamada a ser um cenário chave, pelo que o BBVA pretende continuar a aproximar-se do ecossistema fintech, apoiando soluções do ecossistema empreendedor que lhe permitam entrar em novos modelos de negócio e mercados. Prova disso é o lançamento em 2022 do BBVA Spark - atualmente a operar no México, Colômbia e Espanha - para promover e prestar serviços bancários a empresas de tecnologia e inovação com soluções de financiamento especializadas, como *venture debt* e *growth loans*, ou com ferramentas para otimizar o *working capital* para as operações do dia a dia.

A sustentabilidade é outro vetor estratégico, que no BBVA se enquadra no compromisso 2025 de contribuir para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os compromissos derivados do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. A este respeito, o

“Um setor financeiro eficiente e solvente é crucial para a recuperação económica e social da região após o duplo impacto da pandemia e do aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares”

BBVA está empenhado em mobilizar 300 000 milhões de euros em financiamento sustentável a nível mundial até 2025. No contexto da América Latina - e apenas em 2022 - o BBVA mobilizou mais de 6 700 milhões de euros em créditos verdes, tanto para particulares como para empresas.

O BBVA está também fortemente comprometido com a sociedade. E, neste sentido, irá destinar 550 milhões de euros entre 2021 e 2025 às comunidades dos países onde está presente. Em linha com este compromisso, o BBVA desenvolve ações de responsabilidade empresarial centradas na educação e na inclusão financeira e na promoção do empreendedorismo social. A isto junta-se o trabalho da Fundação Microfinanças BBVA que, desde a sua criação em 2007, já ajudou mais de 6 milhões de pequenos empresários em situação de vulnerabilidade (6 em cada 10 são mulheres), concedendo mais de 18 000 milhões de dólares em microcréditos, o que a torna numa das iniciativas filantrópicas com maior impacto social a nível mundial.

A América Latina enfrenta desafios importantes, mas oferece igualmente grandes oportunidades. Embora as perspetivas económicas e sociais para a região sejam atualmente mistas (de acordo com o BBVA Research, o cresci-

mento na região diminuirá de 3,6 % em 2022 para 1,1 % em 2023) tal deve-se, em grande medida, ao agravamento das condições financeiras mundiais e ao abrandamento do crescimento mundial. As previsões económicas apontam para um crescimento moderado mas sustentado na maioria dos países da região.

No entanto, a América Latina tem um extraordinário potencial de crescimento a longo prazo, alavancado por uma evolução acelerada da digitalização (já próxima dos níveis dos países desenvolvidos), pelo seu bónus demográfico (a idade média da região é de 31 anos contra 43 na Europa Ocidental), por progressos significativos na penetração bancária e por uma grande riqueza em recursos naturais e fontes de energia limpa.

Um setor financeiro eficiente e solvente é crucial para enfrentar a recuperação económica e social da região após o duplo impacto da pandemia e do aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares em resultado da invasão russa da Ucrânia. Tem também um papel fundamental a desempenhar na tripla transição - digital, energética e social - da região e na promoção do desenvolvimento através do financiamento de investimentos em infraestruturas, telecomunicações e energia sustentável.

Para terminar, o BBVA está empenhado no desenvolvimento da América Latina através do investimento, da concessão de crédito, do fomento da poupança e do seu firme apoio à inclusão social. Tudo isto é orientado pelo nosso objetivo de tornar as oportunidades desta nova era acessíveis a todos.

○ INTERESSE RENOVADO pela AMÉRICA LATINA: uma OPORTUNIDADE para REFORÇAR a INFLUÊNCIA de ESPANHA na UE



Raquel García Llorente

Investigadora do Real Instituto Elcano / Espanha

A América Latina foi sempre uma das prioridades da política externa espanhola. No entanto, até à data, Espanha não foi capaz de transpor este objetivo para a agenda europeia. A política de cooperação é um exemplo representativo disto: por um lado, a América Latina tem sido um objetivo central da ajuda ao desenvolvimento de Espanha; por outro lado, Espanha canaliza a maior parte da sua ajuda através da UE. No entanto, a ênfase nacional na América Latina não se refletiu na política comunitária de cooperação, que deu prioridade à vizinhança da UE e à África subsariana. A principal razão é que, pelo menos até à data, Espanha não conseguiu fazer com que os outros parceiros europeus vissem a importância estratégica da América Latina.

Poder-se-ia argumentar que os restantes Estados-Membros têm outras prioridades geográficas que impedem a América Latina de estar no centro da agenda. Outra explicação pode ser encontrada no facto de a influência espanhola na Europa ter sido irregular, tendo mesmo diminuído a partir de 2000. A isto junta-se a ausência de uma visão estratégica e a longo prazo das prioridades de Espanha na UE que vá além de um europeísmo entusiástico e acrítico. O resultado é que Espanha assumiu uma posição de *policy taker*, ou seja, de um país que tira partido dos benefícios da integração, em vez de um *policy maker* ou influenciador da agenda europeia.

“A ênfase da Espanha não se refletiu na política comunitária de cooperação. Pelo menos até à data, Espanha não conseguiu fazer com que os outros parceiros europeus vissem a sua importância estratégica”

No entanto, neste momento de particular complexidade na cena europeia e internacional, existe a possibilidade de, por um lado, a América Latina ganhar posições nas prioridades europeias e, por outro, Espanha consolidar uma maior presença e influência nas instituições europeias.

Em primeiro lugar, a invasão da Ucrânia pela Rússia revelou que a posição comum dos EUA, da UE e do Reino Unido não é partilhada por outras grandes potências, como a Turquia, a Índia ou a China. Neste sentido, os parceiros ocidentais estão perante o desafio de procurar apoio político para condenar a agressão russa. A guerra também evidenciou a importância de a UE diversificar os seus parceiros e reduzir as dependências em setores estratégicos como a energia.

“Trata-se de um desafio particularmente complicado no contexto atual, marcado pela deslocação do centro de gravidade da Europa para Leste e pelo cenário internacional de incerteza e volatilidade”

Neste contexto, a América Latina posiciona-se como um parceiro atrativo. Por um lado, a Europa e a América Latina partilham fortes laços históricos, culturais e políticos. Além disso, a colaboração com a América Latina será fundamental para a obtenção de bens públicos mundiais, como a luta contra as alterações climáticas ou a saúde mundial. Pode igualmente ser um aliado na redução de vulnerabilidades e na diversificação de dependências em setores estratégicos, no avanço da realização de objetivos no âmbito da agenda ecológica e digital e na criação de oportunidades em termos de comércio e investimento. Em todo o caso, a UE enfrenta o desafio de competir com outros intervenientes que também têm interesses na região. A UE deve, assim, ser capaz não só de se aproximar unilateralmente da América Latina, mas também de fazer ver à outra parte os benefícios de uma relação mais próxima. Tal exigirá, sem dúvida, progressos tangíveis em matérias concretas como o acordo comercial com o Mercosul.

Nos últimos anos, Espanha tem sido capaz de atuar com liderança e ambição no seio da União, invertendo décadas passadas de influência pouco expressiva. No entanto, deve agora ser capaz de consolidar este protagonismo. Um desafio particularmente complicado no contexto atual, marcado pela deslocação do centro de gravidade da Europa para Leste e pelo cenário internacional de incerteza e volatilidade, que obrigam a UE a redefinir as suas prioridades e políticas, adotando uma atitude mais proativa e estratégica.

Neste sentido, não há dúvida de que Espanha se encontra numa posição privilegiada para servir de ponte entre a América Latina e a Europa. Tal permitir-lhe-á reforçar a sua posição e influência no ecossistema europeu. Após quatro Presidências rotativas do Conselho em que a Espanha fez da América Latina uma das suas prioridades, o semestre espanhol na segunda metade de 2023 é talvez a melhor oportunidade para dar uma importância renovada à região latino-americana no debate europeu e, assim, reforçar a voz espanhola na UE.

DIGITALIZAÇÃO, a NOVA PONTE ATLÂNTICA entre a UE e a AMÉRICA LATINA



Andreu Vilamitjana

Diretor Geral da Cisco Espanha / Espanha

Apesar dos desafios globais a nível macroeconómico (a inflação, a variação no índice de poder de compra do setor produtivo ou a diminuição do consumo), o Fórum Económico Mundial estima que cerca de 70 % do novo valor económico criado na próxima década será baseado em modelos de negócio digitais.

Ao contribuir para a resiliência e a eficiência das operações das empresas e dos países, a digitalização manterá a sua dinâmica e o seu investimento. Mas também envolve grandes desafios, como a soberania digital, a necessidade de alcançar acordos sobre a implantação do 5G/6G, a privacidade dos dados ou os limites éticos da inteligência artificial.

Estes novos desafios e oportunidades justificam o facto de a União Europeia ter colocado a transformação digital entre as suas prioridades estratégicas no final de 2019, consciente do desenvolvimento desigual e limitado do mercado único digital.

Na sequência das medidas de impulso adotadas pela Comissão imediatamente antes da pandemia de COVID-19, foi elaborado o Plano de Recuperação e Resiliência (julho de 2020), no qual a transição digital, juntamente com a transição ecológica, constituem os pilares fundamentais sobre os quais os investimentos dos Estados-Membros devem assentar.

“Ao contribuir para a resiliência e a eficiência das operações das empresas e dos países, a digitalização manterá a sua dinâmica e o seu investimento. Mas também envolve grandes desafios”

ESPANHA SOBE NA CLASSIFICAÇÃO

Em Espanha, a digitalização já representa mais de 20 % do PIB e continua a crescer rapidamente com o impulso dos planos nacionais de digitalização, Espanha Digital e Espanha Pode, e com a ajuda dos fundos Next Generation da UE.

Os últimos dados do relatório DESI da Comissão Europeia confirmam esta evolução. Espanha ocupa o sétimo lugar entre os 27 Estados-Membros da UE, subindo rapidamente do décimo segundo lugar que ocupava no índice DESI de 2017.

Em especial, destaca-se o nosso posicionamento nos domínios da conectividade e dos serviços públicos digitais. E embora seja necessário melhorar as áreas do capital humano e da integração tecnológica, no final de 2025 o setor digital em Espanha poderá representar



“A Presidência espanhola do Conselho da UE constitui uma oportunidade única para reforçar os fortes laços entre a Europa e a América Latina”

40 % do PIB, de acordo com a Secretaria de Estado da Digitalização e Inteligência Artificial.

No entanto, embora as empresas e as administrações espanholas estejam a evoluir favoravelmente em termos de digitalização, temos de continuar a consolidar esta evolução para nos colocarmos no grupo mais avançado (no caso da Europa, juntamente com os países nórdicos) e transformar o país numa referência europeia em plataformas e serviços digitais.

MODELO DE COLABORAÇÃO

É também o caso da América Latina, onde esta digitalização a “duas velocidades” se reproduz se compararmos países como o México, a Argentina e o Chile com o resto da América Latina e das Caraíbas. Mais de metade dos países da região estão num nível baixo de maturidade digital, de acordo com o relatório Global Digital Index da Cisco.

Para acelerar a digitalização a nível nacional, é necessário um modelo de colaboração público/privado que envolva os governos, os fornecedores tecnológicos, as associações empresariais, a indústria e todo o ecossistema de *partners*.

No caso da Cisco, é assim que funciona o nosso programa de aceleração digital (CDA, Coun-

try Digital Acceleration). Fundado em 2015, já está implementado em 48 países, com mais de 1 400 iniciativas concluídas ou em curso, abrangendo mais de dois terços da população mundial e 75 % do PIB global.

Vemos o CDA como uma parceria estratégica com os governos para impulsionar a agenda digital nacional e criar novo valor para o país, para as suas empresas e para os seus cidadãos. E com uma missão definida: promover um futuro inclusivo para todos.

O México foi o primeiro país a implementar o programa na América Latina, consolidando-o como uma marca da Cisco no país desde 2016. E a nossa vocação para ter um impacto positivo nas comunidades motivou-nos a procurar um impacto escalável, sustentável e inclusivo na nação.

UMA OPORTUNIDADE ÚNICA

A digitalização é um poderoso motor do crescimento económico, gerador de PIB, competitividade e criação de emprego. E a iminente Presidência rotativa do Conselho da UE que será assumida por Espanha, no segundo semestre do ano, constitui uma oportunidade única para reforçar os fortes laços que unem a Europa à América Latina.

A UE tem também um forte compromisso com a região no sentido de promover um crescimento sustentável do ponto de vista financeiro, ambiental e social, com uma intenção clara de alargar as pontes que nos unem através do Atlântico por meio da cooperação tecnológica.

As prioridades devem centrar-se na conclusão dos acordos comerciais em curso, na promoção de instrumentos de financiamento, na aposta em energias renováveis e na eficiência

“Acreditamos que estamos no melhor momento para ter um impacto positivo nos países e comunidades através da digitalização, construindo uma nova ponte atlântica para a América Latina que promova a inovação”

energética e no aumento do investimento em capital humano, formação e competências digitais para criar empregos de qualidade.

A nível empresarial, é essencial contar com *partners* tecnológicos que ofereçam uma combinação de três elementos-chave: inovação (com plataformas digitais que reduzam a complexidade), confiança (com soluções comprovadas e seguras) e possibilidade de escolha (através de modelos de serviço e de pagamento por utilização).

A disrupção tecnológica também é fundamental. Localizada no nosso Centro de Inovação de Barcelona, a Cisco anunciou um novo laboratório de design de semicondutores que ajudará a colocar a UE na vanguarda dos chips para redes da próxima geração, atraindo talento e com designs que podem ser exportados para todo o mundo.

Já para não falar da formação e capacitação digital das pessoas para que todos beneficiem do progresso, algo que a Cisco está a impulsionar com o seu programa sem fins lucrativos Networking Academy (NetAcad), que já formou 17,5 milhões de pessoas em competências digitais e pretende formar mais 25 milhões na próxima década.

Na Cisco, acreditamos que estamos no melhor momento para ter um impacto positivo nos países e comunidades através da digitalização, construindo uma nova ponte atlântica para a América Latina que promova a inovação, o crescimento económico e um futuro inclusivo e sustentável para todos.

UNIÃO EUROPEIA-AMÉRICA LATINA: uma NOVA OPORTUNIDADE?



María Ángela Holguín

Ex-ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia / Colômbia

Sempre se afirmou que a relação entre a União Europeia e a América Latina está ligada pela história, pela língua, pela religião, pelos valores políticos, sociais e económicos. Existem muitos motivos para mantermos uma excelente relação. Apesar disso, há décadas que tentamos construir uma relação sólida, duradoura, de confiança e mutuamente benéfica, e não conseguimos. A questão que se coloca é saber o motivo deste fracasso. Trata-se de uma questão pertinente neste caso.

Não fomos capazes de construir uma relação comercial, cultural ou temática a longo prazo. O motivo teve sempre a ver com conjunturas específicas, tanto na Europa como na América Latina. Quando a União Europeia não tem conflitos ou situações particulares no seu ambiente mais próximo, tende a reavivar os seus laços com a América Latina; quando tem governos semelhantes na América Latina, a relação flui, ou quando o Alto Representante para as Relações Externas vem de um país “latino”, como foi o caso de Federica Mogherini, houve um impulso na relação; agora, com Josep Borrell, fala-se novamente em relançar a relação.

A América Latina tem os seus próprios desafios que são hoje maiores do que há algumas décadas. Enfrentamos grandes problemas devido à pandemia. Pobreza. Desigualdade. Atraso digital: menos de 50 % da população tem acesso à banda larga o que atualmente, na era digital, constitui um enorme atraso. A falta de liderança dos presidentes da região torna difícil encontrar formas de ajudar a mitigar

“Historicamente, a América Latina não tem sido capaz de se unir para trabalhar de uma forma conjunta e sistemática que vá para além do curto prazo. Temos mecanismos de diálogos criados que nem sequer são convocados”

os problemas e, sobretudo, de trabalhar em conjunto para conseguir progressos no diálogo com outras regiões.

Temos de reconhecer que, historicamente, a América Latina não tem sido capaz de se unir para trabalhar de uma forma conjunta e sistemática que vá para além do curto prazo. Temos mecanismos de diálogos criados que ainda nem foram agendados. Não se ouvem uns aos outros. Nos últimos anos, apesar das diferenças de modelos políticos e económicos, existia um diálogo, faziam um esforço para se sentarem à mesma mesa e para se ouvirem uns aos outros. Agora, nos últimos anos, os presidentes preferem não participar nas Cimeiras, ou simplesmente criam mecanismos de diálogo que excluem aqueles que não partilham a sua posição política, como foi o caso do Prosul em 2019.

A Venezuela foi, sem dúvida, o fator que pôs fim à integração, e diria também aos mecanis-

mos de diálogo entre os países. A OEA como fórum de diálogo e concertação, a Celac, a Unasul acabaram; hoje continuamos a ter o mesmo regime venezuelano, que até é reconhecido por quase toda a região, enquanto a integração da América Latina é inexistente. O diálogo Celac-União Europeia perdeu a força com que foi criado, para não falar da Cimeira das Américas, que era o local de diálogo com os Estados Unidos e o Canadá.

Agora, com o regresso de Lula ao Brasil, parece que a integração na região está a ser reativada. Esperemos que não voltem a cair nos erros do passado de ideologizar o diálogo. Esperemos que isto seja conseguido.

A América Latina esperava, sem dúvida, mais da UE do que aquilo que considera ter recebido. E a UE considera que a América Latina não progrediu como esperado, nem se está a comportar com os valores democráticos que gostaria. Além disso, há que reconhecer que, à exceção de Espanha e Portugal, o interesse pela região é reduzido.

A UE não tem tido uma visão a longo prazo, sem se focar nas crises específicas da região. Mas temos de avançar, manter o diálogo sem o ideologizar e pensar no crescimento e no que seria uma América Latina em melhores condições. Não esqueçamos que somos 700 milhões de pessoas, com uma percentagem muito elevada de jovens, uma grande riqueza natural e de recursos. Há ainda um longo caminho a percorrer: não só que a UE continue a ser o maior investidor direto, mas também que o seja com novos programas centrados nos problemas atuais, que ajudem a região a sair do seu atraso duradouro.

Temos desafios globais, como o resgate do multilateralismo; as duas regiões são, sem dúvida, grandes defensoras do multilateralismo.

O cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a energia verde, as novas fontes de energia limpa, os crimes transnacionais de tráfico de droga, a migração... são problemas em que a resposta deve ser global e não apenas de alguns.

É imperativo que a UE compreenda que a América Latina é diversa, que não se pode esperar que reaja em uníssono, que deve compreender os processos mais do que as conjunturas. É imperativo que compreenda os recuos e, porque não dizê-lo, as incoerências em que vive, sem paralisar a relação com cada situação que possa surgir.

O recente anúncio da União Europeia de reativar as relações com a região é muito positivo e a Presidência espanhola do Conselho no segundo semestre de 2023 é favorável à concretização deste objetivo. A minha experiência como Ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia durante o processo de paz permite-me acreditar, porque a vivi, que podemos trabalhar em conjunto com a UE, obtendo grandes benefícios.

Posso parecer otimista nestes tempos difíceis, mas acredito que existe uma oportunidade para que a América Latina contribua para a solução de vários problemas globais, em especial alguns essenciais para o futuro da Europa. Por exemplo, a AL é uma região rica em matérias-primas (lítio, cobalto, cobre) indispensáveis para uma transição energética sustentável, para além da imensa capacidade de produção de energias renováveis, da existência de grandes áreas com potencial de desenvolvimento agrícola necessárias para garantir a segurança alimentar mundial ou de florestas cruciais para a captura de CO2 na luta contra o aquecimento global. Potenciar esta riqueza é uma oportunidade para o fazer de mãos dadas com a Europa.

A REVOLUÇÃO INVISÍVEL e as NOVAS PRIORIDADES do TALENTO



João Nunes

Diretor de Mercados Estratégicos para a América Latina no PageGroup / Portugal

A “Grande Renúncia” é um termo que surgiu em 2021 para designar um fenómeno cultural global. Esta já se vinha a instalar mesmo antes da pandemia e caracterizou-se por uma mudança na mentalidade das pessoas relativamente à forma de ver o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada, entre outras questões.

O movimento cultural provocado por este fenómeno teve repercussões no mercado de trabalho, que foi afetado pela elevada rotação de talento nas empresas. Embora se pensasse que o volume de negócios causado pela “Grande Renúncia” estabilizaria gradualmente, há números que revelam que este fenómeno continua em 2023, até mesmo com uma tendência ascendente.

De acordo com o Global Talent Trends 2023, um estudo levado a cabo pela empresa de recrutamento PageGroup, em 2019 a percentagem de pessoas em todo o mundo que mudaram de emprego foi de 9 %. O número cresceu ano após ano, em 2020 para 12 %, em 2021 para 19 %, até chegar aos 30 % em 2022, três vezes mais do que na fase pré-pandemia.

A tendência de aumento da rotação de talento é uma chamada de atenção para as empresas agirem em conformidade com as transformações no mercado de trabalho, numa altura em que as pessoas decidiram reavaliar o papel do trabalho nas suas vidas.

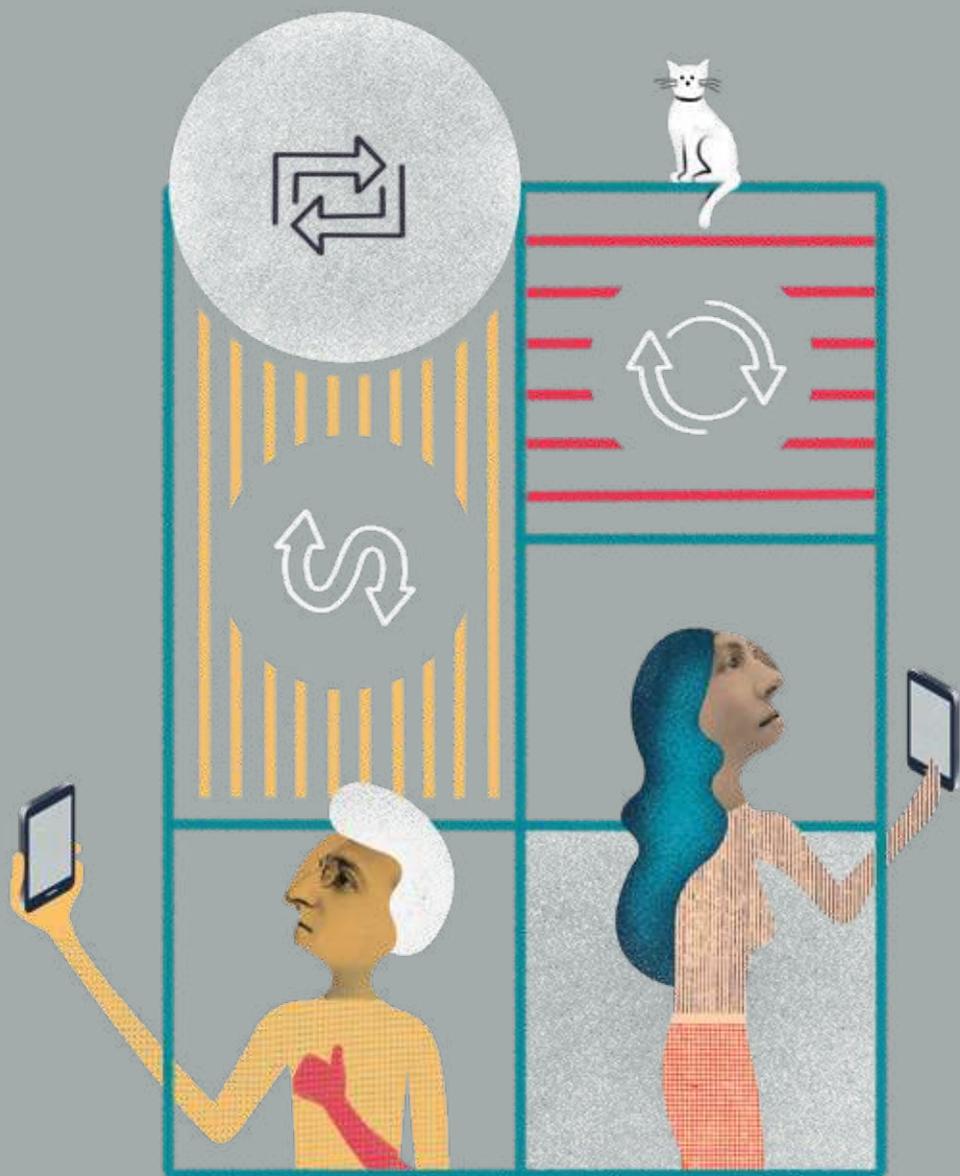
“A equação vida pessoal-profissional é hoje uma prioridade no mundo do trabalho. A combinação do salário, do desenvolvimento profissional e da flexibilidade tornou-se na fórmula vencedora para atrair e reter talento”

REVOLUÇÃO INVISÍVEL: UMA NOVA ERA DE TRABALHO

A “Revolução Invisível” já começou. Trata-se da mais profunda transformação da cultura do trabalho numa geração, caracterizada por uma maior mobilidade no mercado de talento, um fenómeno que tem vindo a crescer como uma bola de neve desde o início da pandemia.

Os fatores que definem este momento no mundo do trabalho são:

- **Uma revolução total da cultura do trabalho.** As prioridades das pessoas mudaram, já não se trata apenas do salário, dos benefícios adicionais ou do desenvolvimento profissional, mas de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal e do bem-estar pessoal. Atualmente, 44 % das pessoas estariam dispostas a recusar uma promoção se acreditassem que esta teria um efeito negativo no seu bem-estar.



- **Uma mudança na dinâmica do sentimento de pertença à empresa.** Gerou-se um novo conceito de lealdade, que não está necessariamente ligado à permanência a longo prazo das pessoas na mesma empresa. Os colaboradores estão cada vez mais abertos a explorar novas oportunidades, independentemente do tempo de permanência na empresa. Atualmente, 9 em cada 10 pessoas que começaram um novo emprego no último ano estão abertas a novas oportunidades de emprego.
- **A atenção das empresas às novas prioridades do talento.** Isto permite que as empresas tenham uma maior vantagem competitiva. Uma proposta de valor ao colaborador deve ser personalizada e refletir as suas prioridades. Neste momento, tal pode fazer uma grande diferença quando se trata de contratar novos recursos ou de reter o talento existente.

Neste contexto, a elevada rotatividade será uma ameaça permanente para as empresas, que se encontram num momento-chave para tomar as medidas certas para reforçar a sua marca de empregador.

A EQUAÇÃO VIDA PESSOAL-PROFISSIONAL

As tendências são claras em termos do que o colaborador procura. As suas prioridades não são exclusivas, ou seja, não se trata de escolher uma ou outra, são conceitos-chave e obrigatórios que os empregadores têm de abordar simultaneamente.

A soma dos três elementos seguintes constitui a equação vida pessoal-profissional:

1. **Salário.** Recomenda-se que os salários dos atuais colaboradores sejam revistos o mais rapidamente possível, dando prioridade

ao talento de elevado valor. Atualmente, sabemos que 84 % das pessoas não pedem um aumento antes de se demitirem, simplesmente procuram uma opção que corresponda melhor aos seus interesses. É importante não minimizar a relevância do salário para o colaborador, nem tentar desviar a atenção com outros benefícios.

2. **Progressão na carreira.** O desenvolvimento profissional tem de ser transparente e integrado na cultura da empresa e ser apresentado de forma autêntica através da experiência do dia a dia do colaborador. Atualmente, 36 % dos candidatos dão prioridade a trabalhar para uma empresa que investe no seu desenvolvimento profissional; por conseguinte, os empregadores devem definir claramente e até colocar nas ofertas de emprego a possibilidade de desenvolver o seu talento.
3. **Flexibilidade.** 70 % dos trabalhadores valorizam os horários de trabalho flexíveis, enquanto 78 % valorizam os regimes de trabalho híbridos. As empresas que transformam a sua mentalidade e passam a aceitar a flexibilidade e a acolhê-la como uma boa estratégia comercial terão uma taxa de retenção significativamente maior. As políticas de flexibilidade adaptáveis a nível individual, evitando regras que se aplicam a todos, terão mais hipóteses de limitar a mobilidade do talento.

Em última análise, as mudanças provocadas pela "Revolução Invisível" constituem um desafio para os especialistas em gestão de talento e para as empresas, num mercado de trabalho com grande mobilidade. Mas a conjuntura representa também uma grande oportunidade para desenvolver uma marca de empregador forte que, através da empatia e da compreensão das novas prioridades, pode ajustar as suas estratégias de atração e retenção a esta nova era de trabalho.

VALORES COMUNS entre a AMÉRICA LATINA e a EUROPA?



Ramón Jáuregui

Presidente da Fundação Euroamérica / Espanha

Coloco intencionalmente o ponto de interrogação numa afirmação comum nas nossas conversas sobre as relações entre a América Latina e a Europa. Quase um clichê. Faço-o porque os valores comuns não são suficientes para alcançar convergências estratégicas e geopolíticas num mundo cada vez mais adverso e complexo.

Não basta ter a mesma conceção da liberdade, do Estado de direito, da dignidade humana ou da proteção social para construir alianças em questões em que o interesse nacional se sobrepõe a esses valores comuns. Não basta aspirar a uma mesma ordem internacional, às mesmas organizações supranacionais para a governança da globalização, se não houver uma negociação e um diálogo prévios sobre os conflitos que atravessam o tabuleiro de xadrez multinacional.

Isto resulta da retórica com que a Europa (e a Espanha, evidentemente) aborda frequentemente as nossas relações com a América Latina, sem compreender que, do outro lado do Atlântico, os seus interesses e posições geopolíticas respondem a razões e objetivos próprios que, por vezes, não partilhamos, não compreendemos ou, pior ainda, desconhecemos.

As vozes europeias ficam incomodadas, por exemplo, com algumas abstenções latino-americanas na resolução que condena a Rússia pela sua invasão da Ucrânia nas Nações Unidas, sem terem feito nada antes, nem dialogado com ninguém antes dessas votações. As posições comuns nas mesas mundiais têm

“O Sul Global não aceita ser colocado no nosso bloco ocidental, por oposição ao outro pólo, porque as relações económicas e comerciais de muitos países dependem mais da China do que dos Estados Unidos”

de ser negociadas previamente com os países amigos com os quais partilhamos “valores comuns”. Temos de estar conscientes de que o Sul Global não aceita ser colocado no nosso bloco ocidental, por oposição ao outro pólo, porque as relações económicas e comerciais de muitos deles dependem mais da China do que dos Estados Unidos. Temos de estar conscientes de que existe um “vírus anticolonial” que circula em alguns discursos políticos na América Latina atual e que isso requer abordagens culturais e políticas delicadas. Temos de estar conscientes de que a China e a Rússia utilizam determinados países latino-americanos para exercerem habilmente a sua influência geopolítica na região.

Estive no Parlamento Europeu no final de abril para explicar à Comissão do Comércio Internacional a importância dos acordos UE-AL e, em particular, para lhes recordar a enorme importância dos futuros acordos com o México e o Mercosul. Disse-lhes muito claramente que a Europa perdeu presença económica e

política na América Latina, que a China está a aumentar exponencialmente o seu comércio e investimento na região e que os nossos rivais geopolíticos, a Rússia e a China, estão a ter uma influência cada vez maior nesse tabuleiro de xadrez. Comuniquei-lhes que há algo pior do que o sinal da América Latina não ser visto no radar da política externa da Europa, que é o facto de a América Latina também deixar de nos enviar sinais e voltar a sua atenção para o Pacífico. Disse-lhes também que, se não assinarmos com o Mercosul, o Brasil e o Uruguai assinarão individualmente com a China. Disse-lhes que esquecessem a ideia de liderar a transição ecológica se todo o lítio do triângulo abençoado por este novo mineral (Chile, Bolívia e Argentina) acabar nas mãos do líder mundial das baterias (China). Disse-lhes que não é possível expandir o nosso modelo regulamentar ético de digitalização no mundo se as nossas empresas não desenvolvem a transformação digital na América.

Tudo parece indicar que existe uma consciência europeia de todas estas grandes transformações no nosso mundo e da importância da América Latina para a Europa num mundo tão hostil aos nossos interesses. É muito difícil encontrar no mundo um espaço geopolítico mais parecido com a Europa do que a América Latina. De facto, a Comissão está a trabalhar arduamente para preparar as Cimeiras que terão lugar durante os seis meses da Presidência espanhola da UE: a Cimeira empresarial e a Cimeira UE-Celac (julho, Bruxelas) e a Cimeira dos Ministros da Economia (setembro, Santiago de Compostela).

Em suma, estes poderiam ser três progressos importantes nestes meses importantes para as nossas relações com a América Latina:

a) Realizar a Cimeira empresarial e a cimeira política dos chefes de Estado e de Governo da UE-Celac com a maior participação

“As relações com a América Latina, não com base na retórica da nossa convergência de valores, mas com base em interesses concretos e apostas empenhadas e compromissos comerciais e de investimento”

possível e com resoluções concretas sobre progressos, como base para uma recuperação política da nossa aliança estratégica.

- b) Desenvolver um plano de investimento em infraestruturas físicas e tecnológicas para a América Latina que permita à Europa recuperar a sua presença e influência económica na região através do Plano Global Gateway. É da maior importância que apoiemos financeiramente este plano para que as nossas grandes empresas possam ganhar os grandes concursos públicos em matéria digital e ecológica.
- c) Aprovar os acordos comerciais e de investimento com o México e o Mercosul como base para uma recuperação sólida das nossas relações económicas com a região. Ambos representam dois terços da economia de toda a América Latina.

Tal só pode ser alcançado mobilizando e gerindo as relações com a América Latina, não com base na retórica da nossa convergência de valores, mas com base em interesses concretos e apostas empenhadas de investimento e comércio europeu na América Latina.

Como **AUMENTAR** a **RESILIÊNCIA** dos **SISTEMAS** de **SAÚDE** na **AMÉRICA LATINA**?



Yaneth Giha

Diretora Executiva da Federação Latino-americana da Indústria Farmacêutica (FIFARMA) / Colômbia

Qual seria a forma mais eficaz de medir a resiliência de um sistema de saúde? Sem dúvida, perante uma crise inesperada e de proporções consideráveis. Ou seja, perante uma pandemia como a que vivemos por causa da COVID-19. Este cenário caótico pôs a nu as falhas de muitos sistemas de saúde em todo o mundo, mas também revelou quais os que melhor responderam à crise e por que razões.

Começemos pelos aspetos básicos para depois estabelecermos um paralelo com o que aconteceu na Europa e na América Latina face à pandemia. O que significa um sistema de saúde resiliente? Em termos gerais, pode dizer-se que a resiliência é a capacidade do sistema de fazer face a situações de crise, de lhes dar uma resposta eficaz e de se reorganizar, com base nas lições aprendidas, para voltar a prestar os serviços necessários em benefício dos doentes e das suas famílias.

UM ESTUDO REVELADOR

A América Latina foi uma das regiões mais afetadas pela pandemia. A crise resultou de vários fatores, como as ineficiências dos sistemas de saúde e a reduzida despesa pública com a saúde, que era inferior à dos países europeus e dos membros da OCDE. É o que demonstra o estudo da FIFARMA “Contexto das políticas de COVID-19 e a importância da economia da saúde na América Latina”, elaborado pelo WifOR, instituto de investigação alemão, que analisou a situação gerada pela pandemia nos

“A pandemia pôs a nu as nossas falhas, com resultados dolorosos para a vida e economia. É altura de nos olharmos ao espelho e aprendermos com as lições de regiões como a Europa, que conseguiram ultrapassar a crise com as suas boas práticas”

sistemas de saúde do Brasil, Argentina, Peru, Chile, México e Colômbia, em comparação com os países europeus.

De acordo com o estudo, enquanto países como a França têm uma despesa pública com a saúde de 8,8 % do PIB, o Reino Unido de 8,0 %, Espanha de 6,5 % e os países da OCDE de 5,8 %, na América Latina os países com melhor classificação são a Argentina e o Chile, com 4,9 %. A Colômbia atinge 4,1 %, enquanto o Brasil investe 3,8 %, o Peru 3,3 % e o México 3,1 %.

A pandemia teve um impacto diferente em cada país em termos de mortes, mas com grandes diferenças em relação aos europeus. O país com o menor número de mortes por 100 000 habitantes foi o Chile, com 232, seguido pelo México (249), Colômbia (274), Argentina (282), Brasil (309) e Peru (642). Entretanto, na Europa, a França registou 211 mortes por 100 000 habitantes, Espanha 214 e o Reino Unido 240,

muito abaixo da média latino-americana. O estudo revelou ainda que, na maioria dos países da América Latina, o rácio entre habitantes e médicos, enfermeiros, hospitais e camas de UCI é baixo

A INVESTIGAÇÃO É SAUDÁVEL

O panorama revelado pelo estudo mostra a realidade dos sistemas de saúde na América Latina. Mas sem querer adotar um tom crítico, vale a pena colocar a questão: porque é que a Europa se saiu tão bem e que lições podemos tirar para o nosso continente?

Concentrar-me-ei apenas naquelas que considero serem as principais lições. A primeira é um trabalho a longo prazo. Há décadas que a Europa tem vindo a construir sistemas de saúde sólidos e sustentáveis. Na América Latina, as mudanças de governos e as urgências económicas noutros setores conduzem a uma visão de curto prazo, com soluções temporárias e insuficientes.

Outra visão fundamental que nos distingue é o facto de os latino-americanos continuarem a acreditar que a saúde é uma despesa e não um investimento. E, por essa razão, a maior parte do orçamento vai para outros temas, como a segurança ou as infraestruturas. Compreender que a saúde é um ativo fundamental para o desenvolvimento de um país, como acontece na grande maioria dos países da Europa, é essencial para conceber melhores ecossistemas de saúde.

A terceira razão é a investigação e a inovação. A Europa tem algumas das empresas farmacêuticas mais inovadoras do planeta. Este facto é apoiado por uma legislação que reduz os tempos de acesso de medicamentos inovadores aos doentes e protege a propriedade intelectual.

Neste domínio, o exemplo de Espanha é relevante. Em 2022, autorizou mais de 900 ensaios clínicos de medicamentos, 86 % dos quais foram conduzidos por empresas farmacêuticas. O país líder mundial em ensaios clínicos é os Estados Unidos com 38,8 %, seguido da China com 5,2 %, e da Espanha com 4,8 %, ultrapassando o Japão e a Alemanha, com 4,1 % e 4,0 %, respetivamente (dados de 2020). O primeiro país latino-americano da lista é o Brasil com 1,7 %, seguido da Argentina com 1 %, e do México com 0,7 %.

O caso da Argentina também é notável, porque nos últimos anos impulsionou o crescimento da investigação clínica, com todos os benefícios que isso gera para um país: melhoria do emprego, devido ao aumento da procura de profissionais e especialistas; redução de custos dos cuidados de saúde para os doentes tratados em ensaios clínicos, pagos pelas empresas farmacêuticas; e a possibilidade de os doentes terem acesso a medicamentos e tratamentos inovadores ao mesmo tempo que nos países mais desenvolvidos.

Em conclusão, é uma boa altura para trabalhar no sentido de criar sistemas de saúde mais resistentes na América Latina. As chaves do sucesso: trabalho em equipa, pensamento a longo prazo, encarar a saúde não como uma despesa mas como um investimento para o desenvolvimento, e começar a reforçar um ambiente de inovação que promova a investigação clínica, a proteção da propriedade intelectual e a redução dos tempos de acesso dos doentes a medicamentos inovadores.



PIONEIROS do POSSÍVEL: a UE e AMÉRICA LATINA UNIDAS para DESENVOLVER os DIREITOS DIGITAIS



Enrique Goñi

Presidente do Instituto Hermes / Espanha

As provas são convincentes. Existe um consenso alargado, tanto na União Europeia como nos países ibero-americanos, de que as tecnologias digitais são um motor fundamental de desenvolvimento. É também irrefutável que este processo deve ser acompanhado de medidas que democratizem a digitalização e, ao mesmo tempo, protejam os cidadãos da utilização inadequada dessa inovação. É aqui que entra o Instituto Hermes, cuja missão é identificar, divulgar e defender os direitos dos cidadãos no ambiente digital. É por isso que seguimos com grande expectativa a Declaração dos Direitos Digitais proclamada pela Comissão Europeia em dezembro de 2022 e participamos igualmente nas iniciativas que levaram Espanha e Portugal a tornarem-se os primeiros países europeus com uma Carta de Direitos Digitais. Foi esta mesma vontade de servir que nos levou a colaborar ativamente na elaboração da Carta Ibero-Americana de Direitos Digitais, aprovada em março passado na Cimeira Ibero-Americana da República Dominicana.

O documento europeu dá continuidade ao espírito promovido pelo antigo presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, em 2018, ao considerar o acesso à Internet como um novo direito humano. Ao defender que tudo o que é ilegal no mundo físico também deve ser ilegal no mundo digital, sublinha os valores europeus e pretende colocar a UE na vanguarda dos direitos digitais. Do outro lado do Atlântico, a Carta Ibero-Americana de Direitos Digitais assenta na ideia de que todos os direitos e liberdades

“A missão do Instituto Hermes é identificar, divulgar e defender os direitos dos cidadãos no ambiente digital”

fundamentais reconhecidos nas nossas constituições e na Declaração Universal dos Direitos do Homem estão garantidos no contexto digital. A Carta significa a afirmação inequívoca de um princípio universal sem a aplicação do qual a transformação digital se dissociaria, mais cedo ou mais tarde, do desenvolvimento social e democrático: todas as pessoas têm os mesmos direitos no contexto digital e analógico.

Além disso, a União Europeia, com iniciativas como a proposta de Artificial Intelligence Act, que será provavelmente aprovada no segundo semestre deste ano, está empenhada em conceber um quadro regulamentar e vinculativo para os Estados-Membros que imponha o respeito pelos valores europeus, a dignidade humana e os direitos fundamentais como enquadramento para qualquer processo de transformação digital.

A Carta Ibero-Americana assenta num princípio fundamental: a centralidade da pessoa em qualquer processo de transformação digital. O primeiro compromisso da Carta é “promover a construção de uma sociedade da informação inclusiva, centrada nas pessoas e orientada para o desenvolvimento”. Assim, a Carta está

alinhada com os compromissos assumidos na Declaração da União Europeia e na Carta de Direitos Digitais espanhola. Nenhum destes documentos mencionados tem valor normativo (com exceção da Carta portuguesa), mas todos eles demonstram um compromisso incontornável com um roteiro legislativo que respeite plenamente os direitos digitais, qualquer que seja a evolução da transição digital. A Declaração Europeia estabelece que os Estados-Membros e a Comissão devem ter em conta os princípios e os direitos digitais definidos na mesma.

A Carta Ibero-Americana afirma o mesmo (de forma mais ampla, uma vez que o compromisso também inclui a sociedade civil e as empresas) quando refere que visa promover princípios comuns a ter em conta pelos Estados na adoção ou adaptação de legislação nacional ou na implementação de políticas públicas relacionadas com a proteção dos direitos e o cumprimento de deveres em ambientes digitais, bem como pelas empresas, sociedade civil e académica no desenvolvimento e aplicação de tecnologias, colocando as pessoas no centro da transformação digital.

Desta forma, garante-se que os textos são completa e constantemente atualizados e que não são afetados pela passagem do tempo. A Carta Ibero-Americana exprime-o claramente ao afirmar que “a inovação tecnológica e os novos desenvolvimentos tecnológicos e científicos, como a inteligência artificial, as neurotecnologias ou a computação quântica, entre outros, colocam desafios que devem ser enfrentados garantindo os direitos das pessoas”, e ao assumir o compromisso de “abordar conjuntamente as questões associadas às tecnologias emergentes, bem como a sua utilização segura, ética e responsável”.

Por outro lado, esta perspetiva também é essencial. Todos os documentos a que me referi incluem uma menção não retórica ao compromisso ético que deve inspirar o desenvolvimento tecnológico e a regulamentação. A De-

claração Europeia é muito clara: as instituições europeias pretendem promover uma via para a transição digital baseada nos valores europeus e nos direitos fundamentais da UE, centrada nas pessoas e que reafirme os direitos humanos universais, ao mesmo tempo que podemos beneficiar do enorme impulso que a transformação digital oferece para uma melhor qualidade de vida, para o bem-estar das pessoas, para o crescimento económico e para a sustentabilidade. Esta perspetiva positiva nunca deve ser perdida de vista.

E a Carta Ibero-Americana sublinha que os países da região estão conscientes de que a transformação digital das economias é uma necessidade para reforçar a capacidade dos países com vista a um desenvolvimento equilibrado, que permita reduzir e eliminar padrões de produção e consumo insustentáveis, aumentar as capacidades e assegurar que este esforço beneficia toda a sociedade. Depois de analisarmos as estratégias em vigor na região ibero-americana, com especial destaque para o Peru, encontramos repetidamente uma lista de direitos digitais básicos. Referimo-nos à acessibilidade universal, à conectividade de banda larga, ao governo eletrónico ou à proteção da privacidade.

O cruzamento entre sustentabilidade e digitalização é uma área emergente de atenção e, por exemplo, a CEPAL definiu a transformação digital com uma visão de desenvolvimento sustentável como uma das prioridades da sua agenda de trabalho e o Banco Mundial está a reunir parceiros dos setores públicos e privados para impulsionar soluções digitais e acelerar a digitalização ecológica, resiliente e inclusiva nos países em desenvolvimento.

A América Latina e a Europa decidiram, como tal, assumir a liderança mundial e ser pioneiras do possível: construir o futuro da sociedade digital e maximizar as oportunidades que esta oferece, assegurando simultaneamente o respeito dos direitos fundamentais.

Os **DESAFIOS** da **SUSTENTABILIDADE** na **UE** e na **AMÉRICA LATINA PASSAM** pela **AMAZÓNIA**



Helder Z. Barbalho

Governador do Estado do Pará (Brasil) / Brasil

A confirmação oficial de que a cidade de Belém, capital do Estado do Pará, será a sede do COP-30 em 2025 (a primeira vez que o maior e mais importante fórum internacional do clima será realizado na Amazônia) não é apenas motivo de alegria pelo sonho realizado. Salienta a importância de a região acolher um evento histórico que definirá novos objetivos, práticas e políticas para o setor.

O mundo debate a Amazônia, as ameaças que enfrenta e o seu futuro. Estudiosos, investigadores, técnicos e políticos debatem constantemente o assunto, tornando-o uma questão global. Neste sentido, haverá algo mais simbólico do que discutir a Amazônia na Amazônia?

Os 6,7 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia estão divididos entre outros oito países, para além do Brasil. São eles o Peru, a Bolívia, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, o Suriname, a Guiana e a Guiana Francesa. Mas 60 % das terras e águas da Amazônia estão no Brasil. E aqui ocupam quase 59 % do território nacional e é onde vivem cerca de 38 milhões de pessoas, distribuídas em 808 municípios de nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Perante esta dimensão monumental, seria natural que os países que integram a região amazônica interagissem periodicamente através de fóruns ou mesmo de organismos instituídos, na procura de mecanismos de

“A floresta amazônica será para sempre uma fonte de investigação e de descoberta, enquanto for protegida e preservada em todo o seu esplendor. Isto implica desenvolvimento”

defesa e desenvolvimento. Tal não acontece. E esta prática tem de ser frequente para gerar resultados positivos.

Para incorporar definitivamente a floresta amazônica no processo de desenvolvimento nacional, é urgente ultrapassar pensamentos e posturas profundamente enraizados. Não deve ser apenas sinónimo de algo intocável, que não gera rendimentos ou benefícios para os seus habitantes e para o mundo em geral.

A floresta amazônica será para sempre uma fonte de investigação e de descoberta, enquanto for protegida e preservada em todo o seu esplendor. Isto implica desenvolvimento. Quantas plantas da região, por exemplo, são ainda desconhecidas e quantas delas dariam origem a novos produtos farmacêuticos, novos produtos cosméticos, novas cores para tecelagem, etc.? Novos produtos seriam inseridos no mercado, abrindo outras cadeias comerciais que, por sua vez, beneficiariam especialmente aqueles que vivem na majestosa floresta e, por extensão, toda uma sociedade.

“Entra em jogo a bioeconomia, a venda de créditos de carbono, tão importante para as economias europeias. São as mais recentes e, de certa forma, revolucionárias mercadorias do planeta”

Por outro lado, é do conhecimento geral que a pobreza se consolida, estratifica e expande quando se perdem oportunidades de atuar na vanguarda do conhecimento. Desenvolver com sustentabilidade é a palavra de ordem e deve estar no topo da agenda da União Europeia e da América Latina.

Não é por acaso que a bioeconomia, a venda de créditos de carbono, que é tão importante para as economias europeias, entra em jogo nesta perspectiva. São as mercadorias recentes e, de certa forma, revolucionárias do planeta. É um apoio considerável para manter a floresta de pé, viva, garantindo a sua plenitude e vigor, e um estímulo para um negócio enorme e em crescimento. As consultoras internacionais estimam que as transações no mercado de carbono em 2021 ultrapassarão os 2 000 milhões de dólares, quatro vezes mais do que no ano anterior. As previsões são tão otimistas que a consultoria mundial McKinsey avaliou recentemente que as transações no segmento irão alcançar os 50 000 milhões de dólares em 2030.

No entanto, existem ainda muitos fantasmas que impedem os esforços de modernização. Desde a incapacidade de estabelecer uma legislação eficaz e transparente sobre a questão até à implementação de um quadro jurídico para o setor. Sem esquecer os fantasmas mais perigosos e ameaçadores: a deflorestação e a mineração ilegal. Contra elas, a única medida a adotar pelo Estado é o combate constante, com mão firme, rigor e inteligência, dentro do quadro estabelecido na lei.

Os criminosos, geralmente armados e violentos, fazem parte de cartéis poderosos e influentes, com ramificações em várias esferas da vida nacional, inclusive no Congresso Nacional. Não respeitam a legislação, nem as reservas indígenas ou as árvores centenárias. Não têm limites.

Felizmente, o atual governo não só alterou completamente a política que estava a ser seguida, como está a agir com firmeza e sem medo contra estas ameaças. Está a parar a deflorestação e a mineração ilegal, a parar os tratores e as motosserras, a parar o equipamento mineiro, a parar a invasão das terras indígenas.

Os povos indígenas constituem um capítulo muito especial na Amazônia. Nenhuma sociedade pode prescindir dos povos indígenas, seja em que circunstância for. Os países onde foram extintos lamentam-no até hoje e, uma e outra vez, perdem perdão por terem praticado esta política absurda e injustificável de limpeza étnica, desprezando o conhecimento, a sabedoria e as culturas milenares. Isto é um crime, não há outra palavra para o descrever. Mas o perdão, como sabemos, não resolve o que já não tem solução.

A civilização precisa de perceber, de uma vez por todas, que o Brasil e a América Latina não precisam apenas de crescer com indústrias modernas e inovadoras, agronomia qualificada, rebanhos qualificados, cidades bem equipadas, infraestruturas adequadas e muitas outras coisas. É também essencial assimilar plenamente que a floresta não é um lugar para ser desprovido dos seus benefícios e acabar totalmente devastado. Que os seus habitantes originais não são seres inferiores que nada têm a ensinar aos chamados civilizados. Esta visão deve ser (e certamente será) partilhada no diálogo entre a UE e a América Latina.

“O Brasil não vai abrir mão de uma floresta deste tamanho. A floresta amazónica continuará viva e de boa saúde nos tempos vindouros. E não existem dúvidas de que estamos a contar com a comunidade internacional para o fazer”

Uma nação do tamanho do Brasil não vai abrir mão de uma floresta deste tamanho. A floresta amazónica continuará viva e de boa saúde nos tempos vindouros. E não existem dúvidas de que estamos a contar com a comunidade internacional para o fazer.

Passámos por tempos sombrios e dolorosos em que até a natureza redonda da Terra foi negada. Mas esse período está encerrado e enterrado. Vivemos agora a reconstrução da vida e a reafirmação de que sim, a Terra é redonda.

Para nós brasileiros e para a comunidade internacional, a COP-30 será o marco de um novo ciclo para a região e para o mundo. Aqueles que se dizem preocupados com a Amazônia virão aqui para discutir connosco como será a Amazônia do futuro. Irão conhecer in loco um pouco da complexidade fascinante da Amazônia.

Costuma-se dizer que a Amazônia é o pulmão do mundo. Eu prefiro dizê-lo de outra forma: nós, aqui, respiramos a Amazônia.



A **CREATOR ECONOMY** CRESCE na **AMÉRICA LATINA** e **CRIA OPORTUNIDADES** para a **UE**



Leandro Conti

Diretor Sênior de Comunicação e Marketing & Relações Externas da Hotmart / Brasil

Um novo setor económico, com pouco mais de dez anos, está a acelerar a democratização do conhecimento e a inclusão social. Está igualmente a proporcionar grandes oportunidades para aproximar a UE, principalmente Espanha e Portugal, da América Latina e para gerar receitas significativas. Referimo-nos à chamada *creator economy*, a economia dos criadores de conteúdo.

Tudo começou há quase vinte anos, com o aparecimento das redes sociais. Desde a sua criação, as pessoas deixaram de depender da proximidade geográfica para se encontrarem, se ligarem e interagirem umas com as outras ou com temas do seu interesse. Vivemos atualmente numa chamada “aldeia global”, limitada apenas pelos diferentes idiomas. Ainda assim, com mais de 500 milhões de falantes de espanhol no mundo e 260 milhões de falantes de português, as possibilidades multiplicaram-se.

Os avanços tecnológicos, o acesso rápido à Internet e a utilização crescente de telemóveis alargaram as possibilidades de ligação, que agora pode ser feita por voz e vídeo, para além do meio original, o texto. Gradualmente, as pessoas aperceberam-se de que tinham literalmente os meios de comunicação social nas suas mãos, com ferramentas semelhantes à rádio, à televisão ou aos jornais, e que podiam utilizá-los para divulgar histórias e opiniões de forma livre e independente. Além disso, os criadores de conteúdo viram como pessoas que nem sequer os conheciam, mas que estavam interessadas no seu estilo ou mensagem, começaram a se-

“Os criadores de conteúdos viram pessoas interessadas no seu estilo ou mensagem começaram a segui-los e a interagir com as suas publicações, criando as suas próprias comunidades”

gui-los e a interagir com as suas publicações, criando as suas próprias comunidades. Foi o início daquilo a que chamamos a influência das redes.

O fenómeno global das redes sociais foi fortemente adotado na América Latina. Os dados de 2021 da GWI indicam que a região é o maior consumidor global de meios de comunicação, com mais de 14 horas por dia de consumo, sendo três horas e meia passadas nas redes sociais. Cerca de 85 % da população da região está ligada à Internet. Com tanta exposição e audiência, era natural migrar da publicidade tradicional para este ambiente, tirando partido das oportunidades de segmentação de público à escala que a tecnologia permite. No entanto, chegados a este ponto, os consumidores podiam escolher a que mensagem se queriam expor e em quem confiar, especialmente quando se tratava de recomendações de compra. Além disso, na maioria dos casos, preferem as pessoas às marcas e aos meios de comunicação tradicionais. O Relatório do Inquérito Global de Consumidores da Statista de 2021 afirma que

41 % dos brasileiros, 29 % dos mexicanos e 20 % dos colombianos já compraram produtos recomendados pelos chamados *influencers*.

Motivadas por tanto interesse e oportunidade, estas personalidades multiplicam-se por todo o mundo. A consultora Signal Fire estima que existam cerca de 50 milhões de *influencers* no mundo e que dois milhões deles sejam considerados profissionais a tempo inteiro. Alguns dos restantes, mesmo que sejam meros amadores, conseguem gerar parte do seu rendimento através desta atividade. Além disso, 77 % deles geram as suas receitas através de acordos com marcas, principalmente através de publicações patrocinadas.

No entanto, as maiores oportunidades abrem-se para os 12 % que rentabilizam o seu conteúdo diretamente com o seu público. Como é que o fazem? Através da venda de produtos físicos com a sua própria marca, do trabalho como distribuidores associados de produtos físicos ou digitais a troco de comissões, com contribuições e donativos do seu público e da venda de conteúdos ou cursos online diretamente à sua audiência. Esta categoria aumenta as atividades de um "simples *influencer*" às de um profissional que se relaciona diretamente com os seus seguidores para lhes vender os seus produtos. Na linguagem atual, estas pessoas tornam-se criadores. Ao mesmo tempo, atuam igualmente como empresários, pois têm de começar a gerir outros aspetos para além do conteúdo em si, como a estratégia de vendas, a gama de produtos, os preços e o serviço ao cliente, por exemplo. Os criadores têm agora um maior controlo sobre os seus dados e os do seu público. Já não dependem dos algoritmos das redes sociais, ou de campanhas de marcas incertas, para obterem receitas. Para tal, procuram empresas especializadas que os ajudem a gerir a sua atividade. Uma das maiores é a Hotmart, uma plataforma global com mais de 135 000 clientes, que já ultrapassou

os mil milhões de dólares em vendas. Fundada no Brasil em 2011, a empresa mudou a sua sede para Amesterdão, Países Baixos, quando iniciou a sua expansão internacional. Em 2016, abriu o seu primeiro escritório internacional em Espanha. Em 2017, chegou à Colômbia. E, em 2018, ao México. Desde então, os clientes de língua espanhola registaram um crescimento significativo e mais de 50 % das suas vendas são efetuadas para outros países que não o de origem, fixando as suas tarifas e pagamentos em dólares ou euros, transformando assim a vida de muitos destes empresários.

Entre os muitos exemplos de criadores de sucesso encontra-se o fotógrafo espanhol Kike Arnaiz, especializado em fotografia de viagens. Com 340 000 seguidores no Instagram, onde é @kikearnaiz, já vendeu o seu conhecimento a mais de dez mil alunos, muitos deles localizados na América Latina. O colombiano Andrés Franklin ensina inglês como segundo idioma e já vendeu 2 000 cursos para 16 países diferentes. Ao mesmo tempo, realizou também o seu sonho de viver nos Estados Unidos, onde dirige a sua empresa. O canal @andreseningles tem mais de 650 000 subscritores no Youtube e chega a mais de dois milhões de pessoas no TikTok.

Para aqueles que querem participar na *creator economy*, mesmo com uma pequena audiência nas redes sociais, as competências online são muito procuradas nos nichos de finanças, *fitness*, idiomas, marketing digital, estética e gastronomia, entre muitas outras áreas. Os criadores da UE com conteúdos diferenciados e de elevado valor podem, independentemente da sua língua materna, vender em todo o mundo e até concentrar-se na América Latina, onde a procura dos compradores tem crescido 70 % por ano desde 2018. Estima-se que a *creator economy* já valha mais de cem mil milhões de dólares por ano a nível mundial e, de acordo com a Goldman Sachs, poderá duplicar o seu tamanho até 2027.

SOLUÇÕES em REDE para um PROBLEMA COMUM: a PESCA ILEGAL



Daniel F. Runde

Vice-presidente Sênior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) / Estados Unidos

O aumento da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) é um desafio global complexo e crescente que afeta as empresas, o ambiente e a segurança nacional. Um estudo de 2015 do Fundo Mundial para a Natureza revelou uma redução de cerca de 50 % da vida marinha nos últimos 50 anos. À medida que os consumidores aumentam a ingestão de peixe em todo o mundo, as unidades populacionais de peixe estão a atingir níveis de crise. Os impactos da pesca INN afetam-nos a todos, mas têm um efeito particularmente negativo nas comunidades costeiras da América Latina, Ásia e África. A pesca INN prejudica os esforços da pesca responsável e está ligada ao trabalho forçado, ao tráfico de seres humanos, à insegurança alimentar, bem como ao tráfico de armas e de drogas. A pesca INN pode assumir muitas formas. Desde pequenas embarcações que entram nas águas dos países vizinhos ou declaram incorretamente as suas capturas, até aos esforços coordenados de grupos de crime organizado transnacionais. Gerir e combater este flagelo exige uma maior cooperação entre estas regiões. Algumas abordagens comuns à ação coletiva contra a pesca INN incluem: (1) legislação e conformidade, (2) cooperação internacional, (3) rastreabilidade e transparência, e (4) desenvolvimento de capacidades e apoio.

“A pesca INN têm um efeito particularmente negativo na América Latina, na Ásia e em África. Está ligada ao trabalho forçado e à insegurança alimentar, bem como ao tráfico de armas e de droga”

O panorama da pesca INN tem vindo a alterar-se na última década. Em primeiro lugar, existe a questão da geopolítica; vários estudos concluíram que as empresas chinesas envolvidas na pesca INN desempenham um papel importante. Mas a pesca INN também é levada a cabo por uma grande variedade de intervenientes na América do Norte, na América Latina e na Europa. Em segundo lugar, tem havido um maior reconhecimento de que a pesca INN não é apenas perpetrada por capitães e os seus barcos, mas também por executivos de empresas, funcionários públicos, advogados, contabilistas e outros profissionais administrativos. Em terceiro lugar, registou-se uma sensibilidade muito maior entre as audiências ocidentais. Por exemplo, em 2021, um inquérito encomendado pela Oceana revelou que 75 % dos americanos querem saber mais sobre o peixe que comem e 89 % querem que todo o marisco capturado cumpra as normas dos EUA. Em quarto lugar, as tecnologias de rastreabilidade e a transparência estão a melhorar e a exercer mais

“A cooperação é essencial para combater a pesca INN e os acordos regionais têm por objetivo reforçar a cooperação para responder à ameaça que representa”

pressão sobre os decisores, as empresas e os serviços de aplicação da lei.

Várias novas tecnologias têm potencial para gerir melhor ou mesmo pôr termo à pesca INN. Muitas organizações têm estado a explorar e a implementar inteligência artificial, tecnologias *blockchain* e análise de dados para combater a pesca INN. Por exemplo, a tecnologia *blockchain* tem sido utilizada para permitir registos de transações seguros e transparentes. Os drones e os satélites também são utilizados para monitorizar a pesca INN, sendo que os primeiros constituem uma opção de baixo custo e os segundos ajudam a melhorar a vigilância e a aplicação da lei, acompanhando os movimentos dos navios e detetando possíveis atividades de pesca ilegal. Com tantos dados a serem registados e recolhidos, a inteligência artificial e os algoritmos de aprendizagem automática são utilizados para analisar grandes volumes de dados. Outras novas tecnologias incluem técnicas de código de barras de ADN utilizadas para identificar as espécies, a fim de verificar a exatidão da rotulagem dos produtos do mar e evitar a rotulagem incorreta do peixe capturado através da pesca INN.

Dada a crescente preocupação com a pesca INN, foram adotadas iniciativas notáveis na Europa, América do Norte e América Latina. Os Estados Unidos têm um grande interesse em combater a pesca INN. É o maior mercado e o quinto maior exportador de peixe e produtos da pesca, bem como o terceiro maior exportador de produtos do mar selvagens. A luta contra a pesca ilegal goza de um apoio bipartidário nos Estados Unidos e é atualmente vista através da lente da concorrência das grandes potências com a China e a Rússia. Em 2020, a Guarda Costeira dos EUA considerou a pesca INN como a principal ameaça à segurança marítima interna. O Congresso incluiu iniciativas para prevenir a pesca ilegal e o trabalho forçado no setor da pesca e dos produtos do mar e deu ao governo ferramentas adicionais para detetar produtos do mar capturados ilegalmente na sua Lei de Autorização de Defesa Nacional anual de 2022.

O Canadá possui igualmente uma série de iniciativas que implementou para combater a pesca INN, como a Lei de Pesca e o Programa de Observadores de Pesca, que contribuem para a aplicação das regras contra a pesca INN.

A cooperação é essencial para combater a pesca INN e os acordos regionais têm por objetivo reforçar a cooperação para responder à ameaça que representa a pesca INN. Para a América Latina, a pesca INN é motivo de grande preocupação devido aos vastos recursos marinhos da região e ao impacto que a pesca INN tem nas economias e ecossistemas locais, bem como às ligações que tem com outras atividades ilícitas. Muitos países da América Latina participam em Organizações Regionais de Gestão das Pescas (ORGP) que trabalham para estabelecer medidas de conservação e gestão.

Do outro lado do Atlântico, a União Europeia (UE) também implementou várias iniciativas para combater a pesca INN nos seus Estados-Membros e não só. Em 2008, a UE implementou um quadro jurídico abrangente, conhecido como o Regulamento INN, que estabelece medidas para dissuadir as atividades de pesca INN. As medidas previstas no regulamento incluem a rastreabilidade dos navios, a documentação das capturas e os procedimentos de controlo e inspeção dos produtos do mar importados.

A questão da pesca INN está a ganhar relevância na agenda mundial, em parte devido à concorrência entre as grandes potências e em parte porque um número crescente de unidades populacionais de peixes está a chegar aos seus limites. A resposta à pesca INN está a passar por uma revolução tecnológica que está a conduzir a uma maior transparência e rastreabilidade. Não existem barcos suficientes da guarda costeira no mundo para controlar totalmente os vastos oceanos, mas a pesca INN exige soluções em rede e parcerias com vários intervenientes.

“A questão deste tipo de pesca está a ganhar relevância na agenda mundial, em parte devido à concorrência entre as grandes potências e em parte porque um número crescente de unidades populacionais de peixes está a chegar aos seus limites”

As iniciativas da UE informaram e ajudaram a moldar as políticas dos seus membros como Espanha, Itália e Portugal. Estes três países também cooperaram ativamente em várias ORGP, como a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico e a Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico.



A **CULTURA: CHAVE** para uma **RELAÇÃO HORIZONTAL**



Marina Artusa

Correspondente do *Clarín* em Espanha / Argentina

De ambos os lados do oceano que separa a Europa da América Latina existe concordância: chegou o momento de fazer da relação transatlântica uma prioridade para ambas as regiões, e a Presidência do Conselho da União Europeia que a Espanha exercerá no segundo semestre de 2023 é uma oportunidade valiosa para o realizar.

É também uma oportunidade a não perder para ultrapassar a assimetria ancestral de que os quadros de cooperação oferecem, quase por defeito, um vínculo paternalista, hierárquico e vertical que a Europa tendeu a exercer em relação aos países da América Latina.

Quase ninguém duvida que a conjuntura involuntária pós-pandemia e da guerra está a acelerar a refundação desta união, que talvez encontre na cultura a única janela possível, por enquanto, para a horizontalidade que a América Latina exige.

Para além da rigidez dos canais institucionais, a ênfase na dimensão cultural permite um olhar mais transversal sobre a forma como a América Latina e a Europa interagem entre si. E seria maravilhoso se pudessem continuar a fazê-lo.

Talvez porque a gestão da cultura fora dos canais institucionais permite evitar a burocracia.

Ou talvez porque a vitalidade resistente de um território ciclicamente castigado por pragas políticas e económicas que deixam feridas e

“A ênfase na dimensão cultural permite um olhar mais transversal sobre a forma como a América Latina e a Europa interagem entre si. E seria maravilhoso se pudessem continuar a fazê-lo”

cicatrizes no seu tecido social, como é o caso da América Latina, se traduz cada vez mais em iniciativas artísticas que brilham na Europa e reforçam uma tendência: a cultura é o domínio em que melhor se aplica a transversalidade desejada pelos latino-americanos, que apostam num multilateralismo alargado com os europeus, mesmo que se esquivem aos tiques da globalização.

Prémios literários, curadorias nos principais espaços das artes plásticas, prémios em festivais de cinema e concertos: o intercâmbio e a consagração de vozes latino-americanas na Europa e de perspetivas europeias nos países da América Central e do Sul falam já de uma abordagem estratégica da integração em que o paradigma é o da igualdade.

Fazem também parte da faceta multicultural que define as sociedades do nosso tempo.

“Estou cheio de Espanha”, disse, por exemplo, o poeta venezuelano Rafael Cadenas quan-

“Não é por acaso que o domínio em que existem mais programas de cooperação ibero-americana é precisamente o da cultura”

do, em abril deste ano, recebeu em Madrid o Prémio Cervantes 2022, o mais prestigiado galardão atribuído à literatura em espanhol.

Ou o “sinto-me sempre um latino-americano em Barcelona” do catalão Joan Manuel Serrat que reservou, na sua digressão mundial de despedida, cinco concertos em Buenos Aires, a cidade que mais apreciou a despedida do cantor.

A América Latina não deve ser apenas um fornecedor fiável que permita à Europa desligar-se cada vez mais de certas dependências de potências politicamente incorretas, como a Rússia atual, ou perigosamente em ascensão, como a China.

Não é por acaso que o domínio em que existem mais programas de cooperação ibero-americana é precisamente o da cultura. Devido ao seu carácter transversal na geração de um capital social para a coesão entre comunidades que partilham, por exemplo, laços históricos como a Europa e a América Latina.

Por outro lado, a dimensão cultural é, quase exclusivamente, a que permite superar o imaginário latino-americano que vê no horizonte europeu a estabilidade e o abrigo que quase nunca conseguiu em casa, essa região mais áspera do que suave e que continua a ser a terra mais desigual do planeta.

As políticas de cooperação cultural, formais ou informais, são por natureza horizontais. Estão igualmente empenhadas no benefício mútuo e no intercâmbio enriquecedor para ambas as partes.

Em *Desafios das relações culturais entre a União Europeia e a América Latina e as Caraíbas*, uma publicação financiada pelo programa de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia, o diagnóstico do intercâmbio cultural entre os dois continentes levanta questões que, à primeira vista, podem passar despercebidas.

“Assumimos as relações culturais entre a União Europeia e a América Latina e as Caraíbas sem considerar a elaboração da ideologia e o efeito que esta tem na nossa perceção”, afirma o artista visual e curador mexicano Francisco Guevara, especialista em gestão e planeamento de projetos de cooperação para o desenvolvimento no domínio da educação, ciência e cultura. “Muitas vezes, os intercâmbios culturais podem encarnar uma representação fantasiosa de troca mútua e reciprocidade, e a cooperação torna-se então cooptação e apropriação, especialmente em residências artísticas, onde a localidade e a mobilidade desempenham um papel tão importante”, acrescenta.

Guevara destaca um ponto interessante: “Como tal, qualquer discussão sobre mobilidade ou intercâmbio cultural entre a União Europeia, ou mesmo os Estados Unidos, e a América Latina e as Caraíbas estará incompleta se não forem consideradas as implicações da ideologia”, afirma. “Os efeitos da ideologia são profundos e multidirecionais e afetam o mundo inteiro, especialmente quando ideologias variadas se cruzam para criar diferentes perceções de género, classe, raça, cultura, etc., num determinado local e contexto.” Deliciosamente exagerado e teatral, o escritor

e jornalista das Canárias Juan Cruz afirma frequentemente, por exemplo, que “sem o *boom* latino-americano, seríamos hoje pessoas diferentes”.

E embora o termo *boom* que definiu o fenômeno literário e editorial dos anos 60 seja hoje questionado, é inquestionável que o realismo mágico dessa literatura escrita por poucos ungidos (sentido pelo colombiano Gabriel García Márquez, pelo argentino Julio Cortázar, pelo peruano Mario Vargas Llosa, pelo mexicano Carlos Fuentes e pelo chileno José Donoso, entre outros), marcou o pulso da literatura dos dois lados do Atlântico durante vários anos.

“Foi ativado um redesenho da relação entre a América Latina e a Europa, em que ambas as regiões se olhavam nos olhos e se colocavam no mesmo degrau”

Aquele exotismo do gene latino-americano que podia ser atrativo ao ser distante e improvável numa Europa pragmática, deu gradualmente lugar a uma interação mais simétrica, facilitada pelos agentes culturais que foram ativando um redesenho da relação entre a

América Latina e a Europa, em que ambas as regiões se olhavam nos olhos e se colocavam no mesmo degrau.

“Diferentemente iguais” foi o lema da primeira campanha de cooperação cultural lançada pela Secretaria-Geral Ibero-Americana em 2017 nos 22 países que a compõem. Que a relação transatlântica espelhe europeus e latino-americanos tão diferentes como iguais. É disso que se trata.

PROCURAR a CONFIANÇA para GOVERNAR



Erika Mouynes

Antiga Ministra dos Negócios Estrangeiros do Panamá e Harvard Fellow / Panamá

A América Latina tem hoje um rosto de descontentamento e desilusão. São cada vez mais frequentes as imagens de cidadãos desesperados que saem à rua, frustrados por não verem satisfeitas as suas necessidades mais básicas. Água potável. Eletricidade. Progresso. Tudo promessas que nunca foram cumpridas. Esperanças que desapareceram quando o líder no poder tomou posse.

A intensidade e frequência destes incidentes na última década não responde ao descontentamento de um povo específico, mas re-flete um problema maior e sistémico: a falha institucional generalizada que não melhorou a qualidade de vida na região.

Nos últimos anos, o fosso da desigualdade na América Latina aumentou. À luz das afectações globais, a América Latina está a falhar. No caso da pandemia, a sua falta de investimento em infra-estruturas de saúde pública foi exposta, deixando mais mortes per capita do que em qualquer outra parte do mundo.

Este fracasso regional em alcançar a desejada melhoria dos padrões de vida traduz-se no índice de confiança mais baixo do mundo. Apenas 2 em cada 10 pessoas respondem que confiam no governo. Pior ainda, a pouca confiança que tende a ser gerada durante as campanhas eleitorais, carregada de esperança, mudança e promessas, desaparece rapidamente. O capital social dos governos recém-empossados já não dura 100 dias.

“Quando os cidadãos confiam nos seus governos, pagam os seus impostos, respeitam a autoridade, participam, sentem-se responsáveis pelas suas comunidades e aceitam melhor as mudanças nas políticas públicas”

No mundo empresarial, tem sido mais fácil reconhecer o valor da confiança e quantificá-la. Um relatório da Deloitte de 2022 partilha exemplos de grandes empresas globais que perderam entre 20 % e 56 % do seu valor - o equivalente a cerca de 70 mil milhões de dólares - quando perderam a confiança do seu mercado. Como tal, tem havido uma tendência crescente no mundo dos negócios para construir e reconstruir essa confiança nas suas organizações.

São os líderes políticos da América Latina, e talvez até os líderes de todo o mundo, que não entendem e não valorizam o poder da confiança. Mas o benefício para os governos que são vistos como dignos de confiança é definidor. Quando os cidadãos confiam nos seus governos, pagam os seus impostos, respeitam a autoridade, participam, sentem-se responsáveis pelas suas comunidades e aceitam melhor as mudanças nas políticas públicas, desde que estas sejam coerentes com as suas aspirações.

Desde Harvard, tenho efectuado uma investigação aprofundada sobre a forma de medir, gerir e, se necessário, restaurar a confiança. Porque, embora, tal como no mundo dos negócios, a confiança possa desaparecer num instante, também pode ser restaurada. Temos muitos exemplos de casos recentes em que, com uma gestão determinada e sustentada, a credibilidade e a confiança foram restauradas. No entanto, isso leva tempo. Tempo e empenhamento.

Para tal, é necessário compreender que a forma como nos relacionamos com o nosso ambiente sofreu uma mutação. As inovações tecnológicas alteraram o modo como a informação é divulgada, a forma como os indivíduos percebem o papel do governo e as suas expectativas. Mesmo as comunidades remotas de povos indígenas têm agora telemóveis. Mais importante ainda, a forma como os cidadãos se identificam com os seus governantes e as razões pelas quais depositam neles a sua confiança também mudaram.

Os índices históricos que têm sido utilizados para medir a confiança no governo têm-se baseado num número limitado de princípios - como a integridade, a competência e o sentido de justiça - e em métricas que não refletem a forma como os indivíduos funcionam na sociedade e as suas percepções do governo atual. Um estudo recente de Edward Glaeser, de Harvard, concluiu que os inquéritos tradicionalmente utilizados para medir a confiança não são eficazes. Ou seja, aqueles que respondem que confiam no governo não têm atitudes que evidenciem essa confiança, e o inverso é verdadeiro.

A confiança é um conceito profundamente subjetivo e, como tal, é facilmente interpretado de diferentes formas, o que representa um

“As inovações tecnológicas, assim como as novas formas de inserção dos indivíduos na sociedade, exigem métricas novas e atualizadas para avaliar o sentimento social”

desafio para a sua medição e avaliação. Nesta investigação, procuramos desenvolver novas métricas que, apoiadas em modelos computacionais complexos, procurem refletir o que desenvolve e estabelece a confiança. Um exemplo simples é o valor atribuído atualmente à percepção de autenticidade. Nos estudos de caso que analisámos, os líderes que utilizam um método de comunicação que pode ser entendido como natural e simples obtêm taxas de confiança mais elevadas. O mesmo se passa com o perfil dos líderes, historicamente distantes e inatingíveis. Uma vez no poder, esperava-se que governassem “de cima”, à distância. Hoje, a proximidade e a proximidade são necessárias para estabelecer um objetivo comum com a sociedade que servem e para criar confiança.

O chamado pêndulo da política entre a esquerda e os conservadores da América Latina não está a acontecer na prática. O que temos é um mar de cidadãos frustrados e insatisfeitos que procuram confiar num lado ou no outro. As inovações tecnológicas, assim como as novas formas de inserção dos indivíduos na sociedade, exigem métricas novas e atualizadas para avaliar o sentimento social. A confiança, devidamente compreendida e valorizada, é a ferramenta poderosa para obter apoio para implementar as mudanças estruturais que a América Latina exige.



Prémios

conseguidos por UNO



COMMUNICATOR AWARDS 2020
(Online video: Writing)



INTERNATIONAL BUSINESS AWARDS 2020
Best House Organ (internal publication) for General Audience



SILVER WINNER
na categoria Best House Organ

PREMIOS EIKON

EIKON DE PLATA 2016
na categoria Publicações Institucionais - Multimedia



2016 AWARD OF EXCELLENCE
na categoria Websites - Revista



SILVER WINNER
na categoria Design - Illustration



GRAND WINNER
Best of Magazines Overall Presentation



GOLD WINNER
na categoria Best House Organ

LLYC

A LLYC (BME:LLYC) é uma empresa de âmbito global de consultoria de comunicação, marketing digital e assuntos públicos que ajuda os seus clientes a enfrentarem os seus desafios estratégicos com soluções e recomendações baseadas na criatividade, na tecnologia e na experiência, procurando minimizar os riscos, aproveitar as oportunidades e proteger o impacto na reputação. No atual contexto disruptivo e incerto, a LLYC contribui para que os seus clientes atinjam os seus objetivos de negócio a curto prazo e estabeleçam uma rota, com uma visão de médio e longo prazo, que defenda as respetivas licenças sociais para desenvolverem as suas atividades e reforçarem o seu prestígio.

A LLYC está cotada no mercado bolsista alternativo espanhol, a BME Growth. Atualmente, conta com 21 escritórios nos seguintes países: Argentina, Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro),

Colômbia, Chile, Equador, Espanha (Madrid e Barcelona), Estados Unidos (Miami, Nova Iorque, São Diego e Washington, DC), México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana. Além disso, disponibiliza os seus serviços através de empresas associadas nos restantes mercados da América Latina.

As duas principais publicações do setor posicionam a LLYC entre as empresas de comunicação mais importantes do mundo. Está em 39.º lugar em termos de receitas a nível mundial, segundo o Global Agency Business Report 2023 da PRWeek, e ocupa a 40.ª posição no Ranking Global 2023 elaborado pela PRovoke. A LLYC foi escolhida como a Melhor Consultora de Comunicação da Europa em 2022 nos PRWeek Global Awards e foi a Consultora de Comunicação do Ano na América Latina nos International Business Awards de 2021.

Madrid

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid, España
Tel. +34 91 563 77 22

Barcelona

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona, España
Tel. +34 93 217 22 17

Lisboa

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa, Portugal
Tel. +351 21 923 97 00

Miami

600 Brickell Avenue, Suite 2125
Miami, FL 33131
United States
Tel. +1 786 590 1000

Nueva York

3 Columbus Circle, 9th Floor
New York, NY 10019
United States
Tel. +1 646 805 2000

Washington D.C.

1025 F st NW 9th Floor
Washington D.C. 20004
United States
Tel. +1 202 295 0178

Ciudad de México

Av. Paseo de la Reforma 412
Piso 14. Colonia Juárez
Alcaldía Cuauhtémoc
CP 06600, Ciudad de México
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Sortis Business Tower
Piso 9, Calle 57
Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Suite 702, República Dominicana
Tel. +1 809 6161975

San José

Del Banco General 350 metros oeste
Tresjos Montealegre, Escazú
San José, Costa Rica
Tel. +506 228 93240

Bogotá

Av. Calle 82 # 9-65 Piso 4
Bogotá D.C. - Colombia
Tel. +57 1 7438000

Lima

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro, Perú
Tel. +51 1 2229491

Quito

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edificio World Trade
Center - Torre B - piso 11
Ecuador
Tel. +593 2 2565820

Sao Paulo

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111
Cerqueira César SP - 01426-001
Brasil
Tel. +55 11 3060 3390

Rio de Janeiro

Rua Almirante Barroso, 81
34º andar, CEP 20031-916
Rio de Janeiro, Brasil
Tel. +55 21 3797 6400

Buenos Aires

Av. Corrientes 222, piso 8
C1043AAP, Argentina
Tel. +54 11 5556 0700

Santiago de Chile

Avda. Pdte. Kennedy 4.700,
Piso 5, Vitacura
Santiago
Tel. +56 22 207 32 00
Tel. +562 2 245 0924

APACHE
parte de LLYC

Arturo Soria 97A, Planta 1
28027, Madrid, España
Tel. +34 911 37 57 92

CHINA
parte de LLYC

Velázquez, 94
28006, Madrid, España
Tel. +34 913 506 508

BESO
by LLYC

El Salvador 5635, Buenos Aires
CP. 1414 BQE, Argentina

Av. Santa Fe 505, Piso 15,
Lomas de Santa Fe,
CDMX 01219, México
Tel. +52 55 4000 8100

BAM
by LLYC

702 Ash Street, Unit 100,
San Diego, CA 92101, US
United States

Direção Geral

José Antonio Llorente

Sócio Fundador e Presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Alejandro Romero

Sócio e CEO Global
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa Garcia

Sócia e Chief Operating Officer Global
lgarcia@llorenteycuenca.com

Arturo Pinedo

Sócio e Chief Client Officer Global
apinedo@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal

Sócio e Chief Talent y Technology
Officer Global
tvidal@llorenteycuenca.com

José Manuel Casillas

Diretor Sênior de IT Global
jmcasillas@llorenteycuenca.com

Marta Guisasaola

Sócia e Chief Financial Officer
mguisasaola@llorenteycuenca.com

Joan Navarro

Sócio e Vice-Presidente
de Assuntos Públicos Global
jnavarro@llorenteycuenca.com

Albert Medrán

Diretor Global de Marketing,
Comunicação e ESG
amedran@llorenteycuenca.com

Juan Pablo Ocaña

Diretor Sênior de Legal & Compliance
jpocana@llorenteycuenca.com

Europa

Luis Miguel Peña

Sócio e CEO Europa
lmpena@llorenteycuenca.com

Gina Rosell

Sócia e Diretora Sênior da Healthcare
Europa
groSELL@llorenteycuenca.com

Rafa Antón

Chief Creative Officer Europa
Cofundador e Diretor-Geral Criativo
da CHINA, uma empresa da LLYC

CHINA
by LLYC

rafa.anton@chinapartedellyc.com

MADRID

Jorge López Zafrá

Sócio e Diretor Geral Madrid
jlopez@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla

Sócio e Diretor Sênior Esporte
e Estratégia de Negócio
amoratalla@llorenteycuenca.com

Iván Pino

Sócio e Diretor Sênior de Crises
e Riscos
ipino@llorenteycuenca.com

Marta Aguirrezabal

Sócia fundadora e Diretora Executiva

CHINA
by LLYC

marta.aguirrezabal@chinaparte-
dellyc.com

Pedro Calderón

Sócio fundador e Diretor Executivo

CHINA
by LLYC

pedro.calderon@chinapartedellyc.com

BARCELONA

María Cura

Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Oscar Iniesta

Sócio e Diretor Sênior
oiniesta@llorenteycuenca.com

LISBOA

Marlene Gaspar

Diretora-Geral
mgaspar@llorenteycuenca.com

Américas

Juan Carlos Gozzer

Sócio e CEO América Latina
jgozzer@llorenteycuenca.com

Javier Marín

Diretor Sênior Healthcare
Américas
jmarin@llorenteycuenca.com

José Beker

Chief Creative Officer Américas
Cofundador e CEO da BESO
by LLYC

BESO
by LLYC

josebeker@beso.agency

ESTADOS UNIDOS

Darío Álvarez

CEO U.S.
dalvarez@llorenteycuenca.com

Rebecca Bamberger

CEO da BAM by LLYC

BAM
by LLYC

rebecca@bamtheagency.com

REGIÃO NORTE

David González Natal

Sócio e Diretor-geral Região Nortel
dgonzalez@llorenteycuenca.com

Mauricio Carrandi

Diretor-Geral LLYC Mexico
mcarrandi@llorenteycuenca.com

Michelle Tuy

Diretora-Geral LLYC Panamá
michelle.tuy@llorenteycuenca.com

Iban Campo

Diretor-Geral LLYC República
Dominicana
icampo@llorenteycuenca.com

REGIÃO ANDINA

María Esteve

Sócia e Diretora-Geral Região Andinal
mesteve@llorenteycuenca.com

Daniel Titingher

Diretor-Geral LLYC Peru
daniel.titingher@llorenteycuenca.com

Carlos Llanos

Sócio e Diretor-Geral LLYC Ecuador
cllanos@llorenteycuenca.com

REGIÃO SUL

Juan Carlos Gozzer

Sócio e Diretor Regional
jgozzer@llorenteycuenca.com

Maria Eugenia Vargas

Diretora-Geral LLYC Argentina
mevargas@llorenteycuenca.com

Thyago Mathias

Diretor-Geral LLYC Brasil
tmathias@llorenteycuenca.com

Juan Cristóbal Portales

Diretor-Geral LLYC Chile
juan.portales@llorenteycuenca.com

Deep Digital

Adolfo Corujo

Sócio e Deep Digital CEO
acorujo@llorenteycuenca.com

Javier Rosado

Sócio e Diretor-Geral de Deep Digital
Américas
jrosado@llorenteycuenca.com

Federico Isuani

Diretor-Geral de Deep Digital
Região Norte e EUA
Cofundador e CEO da BESO by LLYC

BESO
by LLYC

federico.isuani@beso.agency

Jesús Moradillo

Diretor-Geral Deep Digital
Europa
CEO e fundador da Apache Digital

APACHE
by LLYC

jesus.moradillo@llorenteycuen-
ca.com

Daniel Fernández Trejo

Diretor Sênior de Deep Digital
e CTO global
dfernandez@llorenteycuenca.com

Anahí Raimondi

Diretora de Operações Deep
Digital
araimondi@llorenteycuenca.com

David Martín

Diretor-Geral de Deep Digital
Região Andina
david.martin@llorenteycuenca.com

Diego Olavarría

Diretor-Geral da área Deep
Digital Região Sul
dolavarría@llorenteycuenca.com

Luis Manuel Núñez

Diretor Geral de Estratégia e
Desenvolvimento de Negócio Deep
Digital Americas
luisma.nunez@llorenteycuenca.com

Carmen Gardier

Diretora Sênior da área Digital
Américas
cgardier@llorenteycuenca.com

Alejandro Dominguez

Diretor Sênior Digital Europa
adominguez@llorenteycuenca.com

Fernanda Hill

Diretor-Geral da BESO by LLYC

BESO
by LLYC

fernanda.hill@beso.agency

revista-uno.com